



Anais da Assembléia

71

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE JUNHO de 1987.

ANO XLII

1.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA**
ATA DA 59.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1.987
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Gernote Kirinus e Pedro Tonelli (02); e em licença a Senhora Deputada Irondi Pugliesi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Requeiro a chamada nominal dos Senhores

Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e dois Senhores Deputados responderam a chamada.

A Presidência irá proceder à verificação de votação da Ata da sessão anterior.

(É procedida à verificação de votação).

Trinta e dois Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 278/86, de sua autoria, que eleva o número e cadeiras da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 208/85, de autoria do Deputado José Antônio Fonseca, que visa dar nova redação ao artigo 1.^o da Lei n. 5.407, de 07/10/66, que cria o Município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n. 91 e 106/87 e o Projeto de Resolução n. 38/87.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, ouvido o Plenário da Casa, a anexação do Projeto de Lei n. 22/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara ao Projeto de Lei n. 239/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o inciso II, do artigo 20, da Lei n. 7051, de 04/12/78, elevando para 45 (quarenta e cinco anos) de idade, para inscrição em concurso do CRE, por se tratar de matéria idêntica.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido em Maringá, no dia 12 próximo passado, do Senhor Antônio Bravin. O extinto era casado com a Senhora Angelina Pavan Bravin, deixando três filhos, Dirceu Bravin, José Luiz Bravin e Tereza Broeto Bravin.

REQUEIRO, ainda, seja cientificada da decisão desta Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Ito Carias de Oliveira, ocorrido ontem nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 75 anos, faleceu ontem nesta Capital, o Dr. ITO CARIAS DE OLIVEIRA, perdendo o Paraná um de seus mais respeitados membros de tradicional família paranaense, e um dos mais conceituados e humanitários médico pediatra, cujo passamento veio abrir enorme lacuna no seio da sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos.

Deixou três filhos e netos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Carias de Oliveira endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de regozijo pela data que assinalará a 29 de junho em curso, o 13. aniversário de fundação do Jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ".

Fundado em 29 de junho de 1974, em Maringá, "O Diário do Norte do Paraná" é o 33. Jornal filiado à Associação Brasileira de Notícias.

Integrante da Agência Internacional de Notícias, vem sendo dirigido, atualmente, pelos Jornalistas FRANKLIN VIEIRA DA SILVA e RONEY RACHEL VIEIRA DA SILVA, tendo como redator-chefe MANOEL CABRAL.

Paladino de grandes causas, servindo ao Paraná por inteiro, sem perder de vista seu mundo de mais imediata influência, o Jornal "O Diário do Norte do Paraná" é hoje uma referência valiosíssima na história contemporânea dos meios de comunicação de massa do Estado. Impossível ficar-se alheio à informação segura que transmite, à opinião abalizada que exara, à visão paranaense das causas de interesse público que abraça. Seu partidarismo é, basicamente, o do Paraná, nisto se envolvendo por inteiro, fruto de uma direção sábia e um corpo de profissionais de imprensa maduramente preparado para contribuir com seu labor, para a elaboração da história de um Paraná moderno.

REQUER, outrossim, que do presente se dê ciência à Direção do aludido órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, dispensa da Discussão e Votação em Redação Final para todos os Projetos aprovados em 3. Discussão que não sofreram emendas.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando a instalação de um módulo policial, no Conjunto Habitacional Inocentes, Vila Nova Júnior, em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente

te, em virtude de denúncias apontadas pelos moradores e comércio local, tais como roubos frequentes, assaltos, desordens provocadas por elementos viciados em tóxicos, que circulam livremente pelas ruas, inclusive assassinatos já aconteceram.

Possuindo 1.023 casas residenciais, e 10 estabelecimentos comerciais, este Conjunto abriga uma população de aproximadamente 4.000 habitantes, e que se encontram sem assistência policial, mesmo estando localizado a apenas 5 Km do centro de Maringá.

Tal medida irá beneficiar também, aos moradores do Jardim Universo, Parque Itaipu, Recanto dos Magnatas e Jardim Guaporé, que se localizam nas imediações, e também sofrem as mesmas privações.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de um módulo de atendimento policial, no Conjunto Residencial Ney Braga, em Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pelo fato de que o citado conjunto possui atualmente 858 casas e conta com aproximadamente 3.000 habitantes. O atendimento de tal reivindicação propiciará aos moradores melhor assistência policial, em virtude do registro de muitas ocorrências registradas pelos moradores e comércio local.

Tal medida irá beneficiar também, aos moradores do Parque Hortência.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, no sentido de viabilizar a implantação de ensino de 2.º grau, períodos diurno e noturno, na Escola Estadual Tomaz Edson de Andrade Vieira, em Maringá.

Tal solicitação respalda-se no fato de que a citada Escola está localizada no Conjunto Habitacional Inocentes Vila Nova Júnior, e nas proximidades do Jardim Universo, Parque Itaipu, Recanto dos Magnatas e Jardim Guaporé, com uma concentração populacional significativa e clientela na faixa escolar, o que justifica plenamente a implantação de tal curso.

A falta de estabelecimentos de ensino

naqueles bairros, obriga aos alunos ali residentes deslocarem-se a grandes distâncias, dependendo de recursos e de meios de transporte.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Ambrósio Jorge, Superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, no Estado do Paraná, solicitando a viabilidade de implantação de um Posto de Representação do FUNRURAL e do INAMPS/Rural, no município de Sarandi.

Tal solicitação, justifica-se plenamente pelo fato de que seria a maneira de aliviar e agilizar os pedidos de aposentadoria dos idosos daquela comunidade, que buscam esse tipo de benefício no Município de Maringá, dependendo de recursos e meios de transporte, o que ficando oneroso e inclusive eles são até discriminados no atendimento de suas reais reivindicações.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção de estrada ligando o Município de Maringá a Itambé, passando pelo Distrito de São Luiz.

Tal solicitação justifica-se plenamente pois atende apelos constantes formulados pelos moradores da Região, e irá facilitar o escoamento da produção, principalmente de pequenos e médios agricultores ali radicados.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, Digníssimo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, solicitando auxílio financeiro para a Creche Menino Deus, Rua Clodomiro Franco s/n., em Umuarama.

Uma vez aprovado, REQUER que se dê ciência à ilustre Senhora Neide Monfernatti, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião

Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal em Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados, em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, Digníssimo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, solicitando auxílio financeiro para a Associação Assistencial de Guaíra - Lar São Francisco de Assis, Rua Monteiro Lobato, 400, em Guaíra.

Uma vez aprovado, REQUER que se dê ciência ao ilustre Senhor José Venâncio da Silva, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal em Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados, em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Doutor WILSON DE ANDRADE RIBEIRO, Digníssimo SUPERINTENDENTE ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, solicitando auxílio financeiro para o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - Guarda Mirim, de Altônia, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1845.

Uma vez aprovado, REQUER que se dê ciência à ilustre Presidente da Entidade aludida, Senhora Josefa S. Ferreira e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Massaschi Mariushi, de Umuarama.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes que necessitam de

cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados, em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente, José Sarney, solicitando agilização na definição oficial das regras da safra agrícola 87/88, o que se faz necessário para a normalização do comércio dos produtos e com isto os agricultores tenham condições de tomar decisões de plantio das culturas de verão - arroz, feijão, milho, mandioca, sorgo e soja - no máximo até o final de julho.

REQUER, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa aos Sindicatos dos Agricultores, através da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente Paulo Carneiro.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro Deni Schwartz, solicitando que os critérios de pagamento do financiamento para a aquisição da casa própria, patrocinado pelo Governo Federal, sejam os mesmos estabelecidos aos alugueres, visto que os reajustes no primeiro caso são efetuados acompanhando o aumento salarial, ao passo que no segundo somente ocorrem de 6 em 6 meses e abaixo do índice inflacionário.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O critério de reajustes adotado pelo Governo Federal para o SFH visa manter atualizado o valor das prestações pagas pelos mutuários garantindo, com isso, a saúde financeira do sistema. Entretanto, ao estabelecer os critérios para o reajuste de aluguéis, o governo não teve a mesma preocupação com o bolso do cidadão comum, o qual, em muitos casos, utiliza o aluguel de um imóvel para melhorar sua renda mensal. Percebe-se aí uma atitude demagógica praticada às custas, mais uma vez, da economia do contribuinte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de

expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica no trecho de estrada que liga o município de Inácio Martins ao distrito de Guará, totalizando 35 km.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se a região de Guarapuava por sua grande extensão territorial, em que as principais atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores são a produção de milho, soja, cevada, feijão e maçã e criação de bovinos e suínos, fato que exige urgentemente, pavimentação asfáltica do aludido trecho, face à dificuldade que os produtores estão encontrando para o escoamento das suas safras para os grandes centros, pela péssima conservação de estradas de leitos naturais, onde as adversidades climáticas (chuvas em excesso), geralmente as deixam intransitáveis.

É necessário uma estrada pavimentada, pois trará benefícios não somente aos produtores destas regiões, como também ao Estado, que terá a arrecadação de impostos aumentada. Um outro ponto a ser considerado, é com relação ao aspecto social, pois com a construção dessa estrada, o produtor terá mais facilidade de locomoção e, portanto, acesso a novas tecnologias que favorecerão seu bem-estar, conseqüentemente, fazendo com que ele sinta-se incentivado a permanecer na sua atividade, evitando assim o êxodo rural.

Quanto aos dados agroeconômicos desta região, são os seguintes:

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS - 700 estabelecimentos produtivos, 5.000 ha. de área produtiva para uma produção estimada de 9.000 toneladas, população suína de 9.000 cabeças e de 8.000 cabeças de bovinos.

Porém, o setor de maior importância na região é o de silvicultura, onde o município tem sua base econômica, por isso a necessidade de construção de uma estrada pavimentada ligando o município a BR-277, o que contribuiria para o desenvolvimento da região.

DISTRITO DE GUARÁ - 331 estabelecimentos produtivos, com uma área de 1.500 ha. produtivos de lavouras temporárias, 630 ha. de lavouras permanentes, destacando-se assim, como o maior distrito produtor de maçã de Guarapuava. Com uma população bovina 3.000 cabeças e suínos de 2.500.

Por ser uma reivindicação justa e merecida, solicito a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da LBA - Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães "Imaculada Conceição" da Cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O referido Clube de Mães realiza excelentes serviços de atendimento às pessoas carentes da Cidade de Mamborê, entretanto, não dispõe de recursos para melhorar esses serviços e necessita de auxílio financeiro para continuar sua importante obra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a A.P.A.E. localizada na travessa Guaíra, Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.A.E. de Campo Mourão, localizada na travessa Guaíra, realiza um ótimo trabalho no atendimento às crianças excepcionais daquela cidade, mas por problemas orçamentários, causados principalmente pelo fracasso do Plano Cruzado, a entidade encontra-se passando por um período de dificuldades de recursos, necessitando de auxílio financeiro para continuar prestando serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Senhora Débora Dias, Digníssima presidente da PROVOPAR, solicitando auxílio financeiro para a A.P.A.E. localizada na Travessa Guaíra de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A A.P.A.E. da Travessa Guaíra da Cidade de Campo Mourão presta excelentes serviços àquela comunidade, no atendimento das crianças excepcionais. Entretanto, a entidade atravessa, no momento, uma difícil situação financeira, em decorrência da defasagem orçamentária causada pelo fracasso do Plano Cruzado, e necessita de au-

xílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando providências junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., no sentido de cascalhamento do trecho que liga o Distrito de Natingui à Briolândia, até o Quinhão "5", no Município de Ortigueira, o qual urge por providências imediatas, em face da precariedade de condições de trânsito em que se acha, particularmente quando por ocasião de chuvas, o que tem sido motivo de constantes reclames da população local e lideranças políticas do município, que alegam constituir-se não somente em um obstáculo ao acesso à região, mas, também, um impasse ao seu desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, e ao Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado da Educação e Conselho Estadual de Educação, visando a criação da Universidade do Sudoeste, no Município de Pato Branco, Paraná.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pato Branco, pela sua privilegiada localização geográfica, oferece condições para abrigar a Universidade do Sudoeste.

A criação dessa Universidade, que reflète o anseio de pais e de toda a comunidade estudantil da Região, além dos inquestionáveis benefícios na área educacional, traz consigo a esperança de incontáveis alunos do segundo grau, que podem assim, alimentar o projeto de ingressar na universidade, afastando o fantasma da migração para os grandes centros universitários do Estado em busca da sua realização pessoal e diminuindo, sobremaneira, os pesados encargos financeiros que essa migração ainda hoje representa.

O exposto traz em seu bojo a indubitável afirmativa de que Pato Branco encontra-se plenamente credenciado para pleitear e receber tal benefício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente a Presidente do PROVOPAR, Primeira Dama do Estado Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade assistencial o fornecimento de 200 cobertores para as pessoas carentes do Município de Doutor Camargo.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara do supracitado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Presidente da PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade assistencial o fornecimento de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Mandaguáçu.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara do supra citado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Presidente da PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade assistencial o fornecimento de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Mandaguari.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara do supra citado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Presidente da PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade assistencial o fornecimento de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Paranavaí.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara do supra citado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Presidente da PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade assistencial o fornecimento de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Iguaraçu.

REQUER, ainda, seja enviado expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara do supra citado Município, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja remetido requerimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, no sentido de urgenciar diligências para a implantação do sistema de abastecimento de água no Distrito de Presidente Kennedy, no Município de Verê/Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Presidente Kennedy, no Município de Verê, no sudoeste do Estado, se ressentia sobremaneira da ausência de um sistema de abastecimento de água para servir os municípios. A SANEPAR já dispõe de projeto e inerentes recursos já foram liberados para que essa lacuna seja suprida. Mediante a agilização do projeto, com a implantação do referido sistema, o Distrito de presidente Kennedy verá os sérios problemas que enfrenta atualmente nessa área, consideravelmente minorados. Justifica-se, portanto, essa reivindicação, a qual por certo encontrará por parte do órgão responsável, ampla receptividade. Uma vez aprovado, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, José Pedrigo, bem como à respectiva Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor Doutor

Mário Lopes dos Santos, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de agilizar a Criação da Comarca do Município de Verê/Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Município de Verê preenche os requisitos necessários para a criação de Comarca, uma das maiores reivindicações da comunidade. Por ocasião de recente visita ao Município feita pelo Desembargador Jorge Andriguetto, do Tribunal de Justiça do Estado, o Excelentíssimo Prefeito de Verê, Senhor José Pedrigo, fez-lhe entrega de Documento solicitando a referida criação, tendo então sido garantido o apoio daquela excelsa autoridade competente, esclarecendo ainda que existem grandes possibilidades de que a justa reivindicação venha a se tornar uma realidade.

Uma vez aprovado, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, Senhor José Pedrigo, bem como à respectiva Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig no sentido de providenciar camada asfáltica na Rodovia Vista Alegre - Verê - São João, no Sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

De vital importância para o desenvolvimento dos municípios de Verê e São João, bem como do Distrito de Vista Alegre, de crescente progresso - o asfaltamento da Rodovia que os interliga é também de fundamental importância para o escoamento da safra agrícola, vez que virá encurtar a distância existente no percurso de saída para a Capital do Estado.

A citada obra já obteve o aval do então Deputado Estadual e Presidente da Assembleia Legislativa/PR, que em expediente solicitou a inclusão da mesma no orçamento da Secretaria dos Transportes para 1987.

Uma vez aprovado, seja dada ciência aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Verê, José Pedrigo, e do Município de São João, Renato Canan, bem como às respectivas Câmaras Municipais dos mesmos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário dos Transportes, solicitando providências daquela autoridade no sentido de incluir no Plano de Obras de Pavimentação Asfáltica do Programa Paraná Rural, o trecho que liga o Município de Ortigueira à PR-376, numa extensão aproximada de um quilômetro.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Ortigueira, município que conta com uma população aproximada na casa dos 15 mil habitantes, tem como suporte de sua economia a agricultura, baseada no desenvolvimento da cultura do milho, soja, feijão, trigo, e outras atividades na área da Indústria, Comércio e Pecuária, integrado por um número considerável de Distritos em franco desenvolvimento sócio-econômico, requerendo, por essas condições, seja-lhe propiciado maior segurança de trafegabilidade. O trecho em questão de há muito vem carecendo desse tipo de revestimento, pela oportunidade que ensejará ao transeunte, ao escoamento da produção, tão importantes à população local e, conseqüentemente, ao progresso do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficializado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes do Paraná, Doutor Heinz Georg Herwig, requerimento no sentido de promover a Construção do Terminal Rodoviário do Município de Verê/Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

A grande maioria dos municípios do Sudoeste do Estado, já possuem Terminal Rodoviário e, entre as exceções, está o Município de Verê. O terreno para abrigar a Construção do Terminal Rodoviário já está reservado, e grandes são as expectativas dos munícipes no que diz respeito à construção desta que é uma das mais prementes necessidades da comunidade. Justifica-se essa reivindicação em vista dos consideráveis benefícios que a mesma trará à comunidade. Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, José Fedrigo, bem como à respectiva Câmara dos Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficializado

ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes Doutor Heinz Georg Herwig, documento no sentido de providenciar Verba Auxílio para Aquisição de Equipamento Rodoviário para o Município de Verê/Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

O parque de máquinas para utilização rodoviária do Município de Verê/Pr, encontra-se em precário estado de conservação, necessitando urgentemente ser renovado.

A verba estimada para a reposição básica do citado parque atinge a ordem de CZ\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzados), e o Município não dispõe de recursos sequer para a compra de um caminhão.

Justifica-se, portanto, plenamente este requerimento.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, bem como à respectiva Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao DD. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Doutor Osmar Fernandes Dias, solicitando a Construção de Armazém da CIBRAZEM ou COPASA, no Município de Verê/Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Locais especialmente reservados para a armazenagem vêm sendo uma das prioridades do atual Governo, cumprindo compromisso de campanha, quando a população paranaense fazia dessa uma das maiores reivindicações.

Por ser um dos municípios paranaenses com maior necessidade desta medida, Verê não pode ver relegada essa providência que vem sendo um dos mais veementes reclamos dos seus munícipes, plenamente justificado neste momento político em que a preocupação com a construção de armazéns se identifica com resposta e solução aos problemas de abastecimento.

Uma vez aprovada, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor José Fedrigo, Prefeito Municipal de Verê, bem como à respectiva Câmara Municipal de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário

de Estado do Trabalho e de Ações Comunitárias, Doutor Rubens Bueno, no sentido de agilizar a conclusão das obras do Centro Social Urbano, no Município de Verê/Pr.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1986 tiveram início as obras do Centro Social Urbano, no Município de Verê, em convênio com a Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários. Porém, diante da grave crise econômica, as mesmas tiveram que ser paralisadas, condicionadas pela falta de recursos financeiros. Mas o alcance e o objetivo da obra, dentro do mais legítimo fundamento social, justificam esse requerimento.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, José Fedrigo e à Câmara de Vereadores do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Esportes, Dr. Édison Gradia, ofício no sentido de concluir as obras de construção do Ginásio de Esportes, no município de Verê/PR.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Juventude e alunos dos colégios do Município de Verê ressentem-se da ausência de uma Quadra de Esportes coberta, uma vez que as obras de construção do Ginásio de Esportes, iniciadas em 1986, se encontram desativadas.

Há necessidade premente de recursos no valor de Cz\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados) para a conclusão da referida obra, razão pela qual voltam-se as expectativas da comunidade para as providências a serem tomadas por parte do Senhor Secretário de Esportes.

Uma vez aprovado, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Verê, José Fedrigo, bem como à respectiva Câmara de Vereadores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, DD. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador MÁRIO LOPES, DD. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando providências urgentes no sentido de

que seja reencaminhado a esta Assembléia Legislativa o anteprojeto de lei que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, com destaque para a criação das novas Comarcas de CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, ARAPOTI, CATANDUVAS, ORTIGUEIRA, MANGUEIRINHA, CAMPINA DA LAGOA e MAMBORÊ, dando-se ciência deste requerimento aos Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores dos respectivos Municípios.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Embora polêmico o referido anteprojeto, essa polemização não atinge a criação das novas Comarcas, que tiveram voto favorável da maioria dos Parlamentares.

Por outro lado, a criação das novas Comarcas faz-se necessária com urgência, tendo em vista o movimento forense, com acúmulo no volume de processos em andamento, dificultando o desempenho da Justiça.

Comprovada a necessidade da criação das novas Comarcas de entrância inicial e atendidas as exigências legais, justifica-se plenamente seja reencaminhado o anteprojeto, com destaque para tal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Carta Documento elaborada pelo Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB de Nova Prata do Iguaçu-PR., enviada ao Deputado Maurício Fruet, Presidente do Diretório Regional do PMDB.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 113/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi", com sede e foro no município de Tupãssi.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

A "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tupãssi" foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido de solidariedade social com a finalidade de proteger os direitos e representar os interesses dos excepcionais de Tupãssi, bem como representá-los perante as autori-

dades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns como o de buscar o desenvolvimento dos excepcionais, integrá-los à sociedade, através de métodos especiais, além de proporcionar sua profissionalização.

A documentação que acompanha nossa propositura justifica plenamente as exigências legais.

PROJETO DE LEI N. 114/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR AO MENOR - FUBEM", com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora desejamos declarar de Utilidade Pública, "FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR AO MENOR - FUBEM", do Município de Guarapuava, devidamente registrada em cartório competente desde 01/06/87, tem por finalidade básica, na área de sua jurisdição, implantar a política do bem-estar ao menor mediante o estudo do problema e o planejamento de soluções, bem como oferecer compensação financeira, orientação, coordenação, suscitando o interesse de mobilizar a opinião pública para participar comunitariamente nas soluções do problema do menor e sua família.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 115/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ACADEMIA PARANAENSE DE MEDICINA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A Academia em questão, fundada na data de 17 de outubro de 1978, é sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital.

Destina-se, entre muitas outras atividades, ao cultivo do estudo das ciências médicas, o estímulo à pesquisa e contri-

buição para a solução dos problemas de interesse da comunidade, prestando-lhe serviços.

A Academia é constituída por médicos, pessoas estas a serviço do povo, que existem para a prática do bem, ajudando o próximo a solucionar seus problemas físicos, mentais, morais e sociais.

Ciência de verdades provisórias, a Medicina alcançou e superou insidiosas enfermidades, que dizimaram milhões de pessoas, quando muitos incrédulos diziam ser impossível ao gênio humano desvendar-lhes os segredos que eternizavam-se no decorrer dos séculos.

Mostraram-lhes, então, os médicos - soldados contra a morte - que o amor a vida e ao ser humano venceria e desvendaria tão escondidos segredos. Mas, para tanto, pesquisaram, investiram, estudaram, incorporando todas as conquistas da moderna tecnologia a serviço da saúde.

Muito se tem escrito e falado sobre a figura do médico - que é uma das mais nobres vocações da alma humana - contudo, é mister ter em mente que ele precisa encontrar o mínimo de condições para o cumprimento de sua missão. Porque a Medicina não é apenas um culto à uma série de princípios morais e éticos, mas é sim, uma prestação de serviços à humanidade. Porque apenas o homem na plenitude de seu vigor, no apogeu de seu bem-estar físico e mental poderá progredir, ambicionar e produzir conquistas.

Nunca se negou o fato de que somente tornam-se evoluídas em seu crescimento sócio-econômico aquelas nações aonde seus membros têm devidamente assegurado o seu bem maior - a SAÚDE -. E é neste irmanamento de idéias que a Academia Paranaense de Medicina deve ser destacada, pois através dos objetivos a que se propõe e do exemplo que procura dar, é que teremos realmente valorizado o trabalho em prol da humanidade à que se dedica toda a classe médica.

Assim sendo, consideramos justa a medida ora proposta e esperamos o apoio devido dos nobres Pares desta Casa, já que a referida matéria se encontra conforme os ditames da Lei n. 6.994/78.

PROJETO DE LEI N. 116/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SARANDI.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro no Município de Sarandi, tem sua ata de fundação e estatutos devidamente registrados em cartório competente, e também devidamente reconhecido pelo Ministério do Trabalho.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 117/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Franklin Vieira da Silva.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoio: Pirajá Ferreira, João Arruda, Amélia Hrushcka, Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos, Valderi Mendes Vilela, Orlando Pessuti, Dirceu Manfrinato, Nelson Vasconcellos, Werner Wanderer, Ezequias Losso, Raul Lopes, José Alves, Antônio Belinati, Alexandre Ceranto e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

Franklin Vieira da Silva nasceu na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, em 26 de junho de 1942. Ainda muito jovem, transferiu residência para a cidade de Maringá, norte do Paraná, onde tem prestado serviços relevantes à comunidade maringense, e também rompendo barreiras e divulgando através do Jornal "O Diário do Norte do Paraná", do qual é Diretor-proprietário, tudo o que acontece no dia-a-dia da vida brasileira.

Franklin Vieira da Silva é jornalista e advogado, tendo exercido funções em vários veículos de comunicação do nosso Estado. Sempre sem medir esforços levantou bandeiras da democracia em benefício da comunidade brasileira, especificamente paranaense.

Anexo: xerox do Curriculum Vitae do referido.

CURRICULUM VITAE DE
FRANKLIN VIEIRA DA SILVA

01. DADOS PESSOAIS

- 1.1. NOME: FRANKLIN VIEIRA DA SILVA
- 1.2. Filiação: José Vieira da Silva e Yolanda Somonelli Silva.
- 1.3. Data e Local do Nascimento: Limeira, SP, 25.06.1942.
- 1.4. Nacionalidade: Brasileira
- 1.5. Estado Civil: Casado, em 5.1.1966

1.6. Nome do Cônjuge: Rosey Rachel Vieira da Silva

1.7. Nome e Data de Nascimento dos Filhos:

Lucienne Vieira da Silva,
09.06.67.

Franklin Vieira da Silva Júnior,
16.06.71

Michael Vieira da Silva,
22.08.83.

1.8. Endereço Residencial: Rua Vaz Caminha, 1.220, Zona 02, 87100, Maringá - Pr.

1.9. Endereço Comercial: Av. Mauá, 1988, Zona 03, 87.050, Maringá - Pr.

1.10. Reside em Maringá, desde Dezembro de 1954, procedente de Rolândia, neste Estado.

02. IDENTIFICAÇÃO

- 2.1. Identidade. 450.194/SSP-PR
- 2.2. Carteira de Trabalho: 89.418, série 187
- 2.3. Título de Eleitor: 21.878, 66ª zona, 17ª seção.
- 2.4. Certificado de Isenção do Serviço Militar: 517.989, 5ª BM, 15ª CR.
- 2.5. Carteira da OAB: 5.002, Inscrição n. 5.002
- 2.6. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas: 108.643.349/15
- 2.7. Registrado no Ministério do Trabalho como Jornalista profissional sob o n. 420, às fls. 10v, do livro n. 4, de acordo com o Decreto-Lei 972/69.

03. FORMAÇÃO EDUCACIONAL

- 3.1. Curso Primário: Grupo Escolar de Rolândia
- 3.2. Curso Ginásial: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal Maringá - Pr.
- 3.3. Curso Secundário: Técnico em Contabilidade, no Colégio Marista, Maringá - Pr.
- 3.4. Curso Superior: Faculdade Estadual de Direito, Londrina - Pr; concluído em 23.04.1970.

04. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 4.1. Empresa: Dutra & Assis Ltda., editora da "Folha de Norte do Paraná".
Cargo - Redator Social, no período de 15.04.65 à 31.12.71.
- 4.2. Empresa: TV Coroados de Londrina.
Cargo: Apresentador do programa semanal "Destakes", no período de 1967 à 1970.
- 4.3. Empresa TV Cultura de Maringá
Cargo: Apresentador de um quadro social, no período de 1975 à 1976.
- 4.4. Emissoras de Rádio: Rádio Jornal de Maringá, no ano de 1959;
Rádio Cultura de Maringá, no ano de 1961 à 1963;
Rádio Difusora de Maringá no ano de

1964;

4.5. Jornais: Folha do Norte do Paraná, já extinto, Diário de Maringá, já extinto; A Cidade, já extinto; O Estado do Paraná, sucursal; O Jornal de Maringá, como colunista social e Diretor Comercial;

O Diário do Norte do Paraná, no ano de 1974;

4.6. Em 1976, tornou-se sócio da Editora Central Ltda., editora do Jornal "O Diário do Norte do Paraná";

4.7. Em 1978, adquiriu as partes de outros sócios tornando-se, juntamente com sua esposa Senhora Rosey Rachel Vieira da Silva, únicos proprietários da Editora Central Ltda.

05. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

5.1. Pertenceu, nos anos de 1956/58 à diretoria da UMES - União Maringaense de Estudantes Secundários;

5.2. Integra a ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, tendo participado do Ciclo de Estudos de 01 de Setembro à 08 de Dezembro de 1977, em Maringá, tendo como delegado o Cel. Rodolpho Paixão Neto;

5.3. Pertenceu ao Rotary Clube Maringá-Leste, no ano de 1978, tendo como padrinho o atual Governador do Distrito 463, prof. Amaury Antônio Meller;

5.4. É delegado regional do Touring Clube do Brasil, desde 01 de outubro de 1973;

5.5. Fundador do ADJORI-PR, Associação de Jornais do Interior, sendo o 1. Presidente, no ano de 1981;

5.6. Membro da ABRAJORI, Associação Brasileira de Jornais do Interior, sendo o 1. Presidente do Paraná;

5.7. Membro da ANJ, Associação Nacional de Jornais, com várias participações em congressos promovidos pela entidade;

5.8. Membro da SIP, Sociedade Interamericana de Imprensa, com participações em encontros promovidos pela entidade;

06. REFERÊNCIAS PESSOAIS

6.1. Álvaro Dias - Governador do Estado

6.2. José Richa - Ex-Governador e atual Senador da República.

6.3. Francisco Cunha Pereira - Diretor da Rede Paranaense de Televisão e Gazeta do Povo.

6.4. Affonso Camargo Neto - Senador.

6.5. Tadeu Bento França - Deputado Federal.

6.6. José Alves - Deputado Estadual.

6.7. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Estadual.

6.8. Lindolfo Luiz Silva Júnior - Deputado Estadual.

6.9. Antônio Paula de Souza Bárbara - Deputado Estadual.

6.10. Joaquim Dutra - Av. XV de Novembro, 880, Apto. 602, Fone: 22-1958; Maringá - Paraná.

07. REFERÊNCIAS COMERCIAIS

7.1. Banco do Estado do Paraná, Ag. Centro, Maringá, Fone: 22-9044;

7.2. Banco Itaú, Ag. Centro, Maringá, Fone: 22-6494,

7.3. Banco do Brasil, Ag. Centro, Maringá, Fone: 23-1311;

7.4. Banco Bandeirantes, Ag. Centro, Maringá, Fone: 22-9551;

7.5. Caixa Econômica Federal, Maringá, Fone: 22-9311.

Maringá, 19 de Junho de 1987.

FRANKLIN VIEIRA DA SILVA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, consulto o primeiro orador inscrito Senhor Deputado José Afonso Júnior, se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Nós queremos agradecer, aqui, hoje, nesta Assembléia, a visita do Senhor Nilton Faísca, e também a presença do Vereador Arildo Farias de Oliveira, ambos da cidade de Tijucas, que hoje vêm nos visitar, e conhecer o nosso gabinete. Obrigado pela presença Senhor Vereador e um abraço ao bom povo de Tijucas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nosso País hoje vive a febre de mais um congelamento, e nós Deputados, que vimos, com muita tristeza a situação caótica que vive o povo brasileiro, pagando com lágrimas, suores e fome o desgoverno dos nossos governantes federais, estamos aí com mais um congelamento!

E nós, solidários com o Presidente da República e com a situação em que se encontra a nossa economia, estávamos e estamos apoiando este congelamento, porque, cremos que será uma das saídas para a nossa Nação.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando a gente nota que o Presidente da República ao invés de lançar um congelamento tendo antes em mãos a tabela de preços, já começa tudo errado, lançando um congelamento por noventa dias sem a tabela e já transcorreram quinze dias e a tabela ainda não saiu. E depois, lança em todo o Paraná fiscais e mais fiscais. Fiscalizar o quê? Como é que se chega a um supermercado, numa panificadora, sem uma

tabela, e sem nada? Fiscalizar o quê Senhor Presidente?

Queremos louvar ao Governador Álvaro Dias pelo esforço que está fazendo em fiscalizar a nova tabela. Mas, o que faz o pessoal da SUNAB, chega aos supermercados, sem uma tabela? Fiscalizar, o quê?

Então a gente fica como diz a gíria, "cabrero", querendo crer e ao mesmo tempo desconfiado de que isso aí talvez não dará certo, porque acho que, antes de tudo, tem que se preparar uma tabela de preços para aí então sair, com documentos, e com preços para que se possa fiscalizar.

São Paulo e Rio de Janeiro, onde já saiu uma tabela desse congelamento, estão sendo alvos de gozação, porque o nosso Presidente, o novo Ministro da Fazenda, que desde os primeiros dias que assumiu esse Ministério vinha diariamente à televisão dizendo, "vamos lançar o congelamento", "não vamos", "vamos", "não vamos", "vai ter congelamento", "não vai", enquanto isto os comerciantes, os mercados, os supermercados só estão "por aqui", na caneta, na maquininha, só trabalhando, só aumentado os preços das mercadorias e o pobre trabalhador arcando com a carestia, até que veio o congelamento!

Veio, mas, já congelou no pique. E agora, o Presidente lança a tabela no Rio de Janeiro e São Paulo, com preços mais altos do que aqueles que estão nas prateleiras dos supermercados. Então a gente passa a pensar em que situação está o País! Lança uma tabela com preços maiores do que estão nos supermercados, e nós passamos então a perguntar: será que vai dar certo esse congelamento de um Governo que nem sequer soltou a tabela? E no Paraná, já com quase quinze dias de congelamento sequer temos a tabela - aliás nós temos congelamento?

Então, meus Senhores a gente fica "naquela": será que é mais uma farsa do Governo, ou será que é para adiar mais um pouco o sofrimento dos brasileiros?!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência comunica ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. Vossa Excelência terá trinta segundos para a conclusão.

O SR. JOSÉ ALVES - Por exemplo, o café, há uns anos atrás, custava Cz\$ 4.300,00, uma saca de 60 Kg, de Cz\$ 4.000,00, 4.300,00 a 4.500,00, o café estava nos mercados, moído a Cz\$ 90,00 o Kg. Hoje o café caiu para Cz\$ 2.500,00 a saca e o Kg. de café nos supermercados subiu para mais de Cz\$ 100,00 ! Quem é que está levando o grande dinheiro do café? Os torrefadores? Os especuladores!

Então, está faltando é impulso, é di-

namismo do nosso Presidente da República, dos nossos Governantes. Eu acho que o povo brasileiro, povo ordeiro, que tanto trabalha e sofre como carneirinhos, não pode continuar sofrendo com a má administração desses homens que, para mim, não amam o Brasil, não pensam na sua gente, só que em usufruir e tentar acabar com esta Nação tão querida, que é o nosso Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto o próximo orador inscrito, Sr. Deputado Paulino José Delazeri, se fará uso da palavra dentro do Pequeno Expediente.

(Declina)

Havendo declinado, passaremos ao Grande Expediente.

Consulto o Sr. Deputado Raul Lopes se fará uso da palavra.

(Declina)

Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Anibal Khury se fará uso da palavra.

(Declina)

Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, se fará uso da palavra.

(Declina)

Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, se fará uso da palavra.

(Declina)

Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, se fará uso da palavra.

(Declina)

Havendo declinado, consulto o Sr. Deputado Lindolfo Júnior, se fará uso da palavra.

(Declina)

Havendo declinado e não havendo mais oradores inscritos no Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda ontem fiz minha inscrição no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Mas aqui nada consta escrito, nobre Deputado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Então eu peço a palavra para falar no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Dentro do Horário das Lideranças?

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Não, no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo

a palavra ao nobre Deputado Basílio Zanusso, dentro do Grande Expediente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - "Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Para pôr fim à situação de anarquia existente na Secretaria de Estado da Comunicação Social, e outras Secretarias, onde se verificou a ocorrência da negação do princípio da autoridade, da falta de governo e de chefia, e o predomínio da desordem e confusão, da barafunda e da desmoralização da administração pública, é imperativo que Vossa Excelência, Senhor Presidente, no desempenho de suas atribuições regimentais arts. 24 e 25 do Regimento Interno desta Assembléia - e para que a Assembléia Legislativa faça cumprir o disposto nos arts. 39 e 40, seus parágrafos e itens, da Constituição Estadual, solicite ao Tribunal de Contas que proceda à auditoria financeira e orçamentária na Secretaria da Comunicação Social, nas demais Secretarias de Estado, nas autarquias, e em todos os órgãos da administração direta e indireta, a fim de apurar se ocorreram irregularidades na aplicação de recursos públicos em Divulgação e Propaganda, nos exercícios de 1983, 84, 85, 86 e no período de 2 de janeiro a 13 de março de 1987.

É que Vossa Excelência, Senhor Presidente, foi informado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, por intermédio do Ofício ATC 0094/87, datado de 05 de maio do corrente ano, de que o Governo do Estado gastou 57 milhões de cruzados na rubrica orçamentária "31321900 - Divulgação e Propaganda" e não sabe a quem pagou tanto dinheiro; por intermédio de quem pagou soma tão elevada; no que foi gasto todo esse dinheiro do povo; e o que é mais grave: não sabe informar quem autorizou o pagamento ou pagamentos e muito menos como foram registrados esses gastos no montante superior a 57 milhões de cruzados, tão-somente pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

O que é tanto mais grave: o Governo do Estado não sabe informar as despesas de Divulgação e Propaganda das demais Secretarias, as despesas de outras dotações do Tesouro do Estado, aplicadas em Divulgação e Propaganda, e não apropriadas formalmente como tal.

Outro fato gravíssimo revelado pelo Governador Álvaro Dias a Vossa Excelência e que exige imediatas providências, em cumprimento ao que estabelece a Seção VI, da Constituição Estadual, que trata da fiscalização financeira e orçamentária do Estado, que é exercida pela Assembléia Legislativa, é que o governo estadual não pode informar as despesas da administração direta de "Outras Fontes" e todas as da administração indireta, "face à precarie-

dade dos controles existentes durante o período", compreendendo, vejam bem, Senhores Deputados, nada menos do que quatro anos e dois meses e meio, o que evidencia práticas irregulares continuadas.

Quem faz a revelação-denúncia de que os recursos dos contribuintes foram gastos mediante controles precários, é o próprio governador do Estado que, a esta altura, deveria - já que tomou conhecimento da irregularidade, ter determinado a abertura de sindicância e a instauração de inquérito administrativo para apurar responsabilidades, não apenas no âmbito da Secretaria de Estado da Comunicação Social, mas de toda a administração pública estadual, a fim de que sejam punidos os responsáveis pelo mau emprego dos dinheiros públicos. É o que compete a Sua Excelência, que tem sido incisivo em seus pronunciamentos para que o povo - e por certo aí estão incluídos os seus mandatários, fiscalizem o governo. Ainda na semana passada, o jornal "Correio de Notícias" informou que o governador Álvaro Dias pediu que todos os paranaenses colaborem com o Governo para apuração de irregularidades. "O Governo do Estado - enfatizou aquele jornal - está tomando medidas severas para coibir os atos prejudiciais à administração pública, tomando medidas, tais como demissões, inquéritos, devolução de ganhos ilícitos e até pedidos de prisão." Tudo isso - segundo o governador Álvaro Dias visa acabar com a imoralidade e a corrupção no âmbito governamental. E quando a desonestidade é descoberta - conforme as palavras do próprio senhor Álvaro Dias - o governo tem que agir com todo o rigor.

Pois bem: se realmente o governador do Estado prefere a realidade à retórica, aí está a oportunidade para demonstrar ao povo paranaense a firmeza de sua ação e os seus elevados propósitos: trate de mandar apurar em profundidade, em ações despidas de manto enganador que possam esconder providências superficiais, destinadas a acobertar interesses outros que não os do bem público, toda a extensão dos atos que envolvem os gastos com "Divulgação e Propaganda" em todas as Secretarias de Estado e nos órgãos da administração direta e indireta, nos exercícios de 1983 a março de 1987, pois é inconcebível que administrações que se digam honestas possam gastar milhões e milhões de cruzados, talvez bilhões, mediante controles precários - na expressão do próprio governador do Estado, em resposta a pedido de informação aprovado pela Assembléia Legislativa, em sessão Plenária de 18 de março deste ano.

Esse pedido de informação comporta algumas observações, para as quais desejo chamar a atenção de Vossa Excelência, Senhor Presidente:

- preliminarmente, que o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social incorreu em responsabilidade, ao transgredir o estabelecido pelo parágrafo 2.º, do art. 16, da Constituição Estadual, que estipula trinta dias como prazo para responder aos pedidos de informação da Assembléia Legislativa, devendo ser-lhe aplicada a legislação que trata dos crimes de responsabilidade dos administradores públicos. Isso compete a Vossa Excelência, Senhor Presidente, em quem reconheço um intransigente e fiel cumpridor das leis do País, especialmente para que os prazos sejam respeitados e cumpridos.

Por isso, só posso atribuir à ação nefasta de algum burocrata negligente, desses muitos que pululam nos órgãos públicos, possivelmente escondido atrás de uma montanha de papéis a serem distribuídos aos Senhores Deputados. O fato de que o ofício do Governador do Estado, datado de 05 de maio, só tenha sido dado à ciência aos autores de pedidos de informação, quatorze dias após essa data. Não restam dúvidas de que foi uma demorada caminhada burocrática nos meandros da Assembléia, aliás estranha caminhada que está a exigir enérgicas medidas administrativas corretivas, porque não têm nada que possa identificá-la com os sempre demonstrados propósitos de Vossa Excelência, de dotar dos mais eficientes meios os serviços de suporte administrativo à ação política dos membros desta Casa. Pensar o contrário, seria pôr em dúvida esses propósitos de Vossa Excelência, o que jamais ocorreu a este Deputado.

Quanto ao conteúdo do Ofício do governador Álvaro Dias, de número ATG0094/87, pode-se dizer que misturou alhos com bugalhos e não respondeu ao pedido de informação objeto do Ofício n.º 182/DA/CEA/SC, de 24 de março deste ano, assinado por Vossa Excelência, Senhor Presidente.

Devo antecipar-lhe, Senhor Presidente, que jamais ocorreu a esta liderança julgar que o governador Álvaro Dias tenha cometido, ao não responder trinta e quatro quesitos de um total de trinta e cinco que foram formulados no pedido de informação da Assembléia Legislativa, isto é, que o governador tenha respondido apenas um quesito, sob alegação de precariedade de controles na Secretaria de Estado da Comunicação Social, um ato de desprezo e desconsideração para com o Poder Legislativo, que aprovou por unanimidade dos Deputados presentes à sessão Plenária do dia 18 de março deste ano, o pedido de informação.

O governador, creio eu, jamais praticaria essa desconsideração para com Vossa Excelência, desconsideração para com o Poder Legislativo, que Vossa Excelência representa em toda a sua plenitude e o fez

com eficiência quando assinou o Ofício perdendo as informações ao governador; desconsideração para com os representantes do povo paranaense; desconsideração para com o poder de fiscalizar os atos daqueles que são os responsáveis pela correta aplicação dos recursos públicos. Seria inconcebível julgar que o governador Álvaro Dias se negaria a responder questões que envolvem alguns milhões de cruzados, formuladas por esta Assembléia à qual Sua Excelência pertenceu, sendo combativo deputado de oposição. Um governador que fez a sua carreira política no Legislativo, como vereador em Londrina, deputado estadual nesta Casa, membro da Câmara dos Deputados e Senadores da República, jamais poderia ter desprezo pela função fiscalizatória que é inerente à Assembléia Legislativa.

Todavia, como a Assembléia Legislativa não logrou obter resposta a questões como a quem foram pagos nada menos do que 57 milhões de cruzados, é de supor-se que a sonegação dessas informações seja obra de algum desavisado assessor da Governadoria, ainda não familiarizado com os propósitos governamentais de não sonegar a verdade sobre o mau uso dos dinheiros públicos e punição exemplar dos administradores desonestos. E tudo indica que essa desavisada assessoria governamental esteja escondida na ATG, isto é, na Assessoria Técnica da Governadoria, cuja sigla encima o Ofício número 0094/87, do governador do Estado. Uma rápida e enérgica atuação governamental deve chegar até lá, a fim de que se possa esclarecer como foram gastos vultuosíssimos recursos públicos nos últimos quatro anos. Chegar na ATG, na Secretaria de Estado da Comunicação Social e nas outras Secretarias para verificar se foi correta a utilização de dinheiros públicos.

É estarrecedor o fato de que, "face à precariedade dos controles existentes" argumentado por Sua Excelência - conforme alega o governador do Estado no Ofício ATG 0094/87, não se possa saber a quem foram pagos milhões de cruzados. Que a Casa Civil, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, outras Secretarias, autarquias, empresas públicas, o Banco do Estado, a COPEL, a SANEPAR, o BADEP e outros órgãos públicos tenham pago faturas sem empenho prévio e sem que tenham sido feitos registros sem sua contabilidade.

É também estarrecedor o fato de que o Conselho de Comunicação Social, que era integrado por funcionário desta Casa como Presidente, haja autorizado a elaboração e veiculação de campanhas de publicidade, envolvendo milhões de cruzados, sem que te de campanhas de publicidade, envolvendo milhões e milhões de cruzados, sem que te-

tenham sido feitos registros adequados e empenhos prévios das pessoas. Que em suas atas de reuniões, o Conselho de Comunicação não tenha registrado os nomes de empresas ou pessoas contempladas com essas campanhas. E que ocorrendo essas graves irregularidades, o Governo do Estado haja efetuado pagamentos a verdadeiros fantasmas. Pagamentos, vejam bem, Senhores Deputados, em valores superiores a 57 milhões de cruzados. Se há fantasmas que receberam todo esse dinheiro, é sinal de que, como na afirmação do poeta, "há algo de podre no reino da Dinamarca"...

Igualmente estarecedor é o fato de que o Conselho de Comunicação Social, a Casa Civil e a Secretaria de Estado da Comunicação Social não saibam informar, "face à precariedade dos controles existentes" - conforme alega o Ofício do Governador Álvaro Dias - o nome das pessoas, o nome das empresas, o endereço, o CPF ou CGC de quem recebeu mais de 57 milhões de cruzados nos governos Richa e João Elísio Ferraz de Campos.

Diante de tamanho escândalo na administração pública, só resta a alternativa da auditoria financeira e orçamentária nos termos da Constituição Estadual.

Na justificativa do requerimento de nossa autoria aprovado pela Assembleia ficou bem claro que a imprensa paranaense tem formulado graves denúncias sobre o uso abusivo dos dinheiros públicos em publicidade e propaganda governamental, principalmente nos últimos meses da administração do Sr. João Elísio Ferraz de Campos. Também na administração do Sr. José Richa, a imprensa condenou essa utilização de recursos públicos para promoção pessoal do então governador do Estado.

O jornal "Folha de São Paulo" chegou a publicar uma relação que discriminava alguns gastos do Governo do Paraná com publicidade e propaganda, quando um funcionário deste Poder Legislativo pertencente à governadoria e à Secretaria de Estado da Comunicação Social. Porém, logo em seguida à publicação feita pela "Folha de São Paulo", essa prática de informar ao público foi abolida pelo Palácio Iguagu, e as despesas do Governo do Estado com publicidade e propaganda passaram a ser segredo, apesar dos recursos vultuosíssimos, mensalmente, aplicados com esse fim. Recursos que estão sendo ampliados com a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social, que, pela segunda vez, é ocupada por um funcionário da Assembleia Legislativa, como ocorre no momento.

Nos últimos dias - acentuava a justificativa aprovada pelos Senhores Deputados - recrudesceram na imprensa paranaense as acusações sobre a "Comunicação Social do Governo do Estado". No dia 11 de março

deste ano, a "Página da Educação", publicação de n. 565, da Associação dos Professores do Paraná, ampliou as críticas e denúncias sobre as campanhas publicitárias do Governo do Paraná, tendo apresentado uma investigação-denúncia.

Em sua edição do dia 15 de março coincidindo com a posse do Senhor Álvaro Dias no cargo de Governador do Estado - o jornal "O Estado do Paraná", voltou a aprofundar as suas críticas sobre os gastos governamentais com a comunicação social, formulando uma grave denúncia sobre a atuação do ex-Secretário de Estado da Comunicação Social, Senhor Luiz Alberto Dalcalle que, inclusive, teria beneficiado com verbas oficiais uma Agência de Publicidade da qual seria um dos sócios, segundo a grave denúncia do jornal "O Estado do Paraná".

E foi para esclarecimento desses fatos e das denúncias mencionadas que, no desempenho de sua função fiscalizatória, a Assembleia Legislativa aprovou o pedido de informação, contendo os trinta e cinco quesitos, dos quais, apenas um, foi respondido pela Secretaria de Estado da Comunicação Social.

No seu Ofício-resposta, o Governador do Estado deixou bem claro que "face à precariedade dos controles existentes durante o período solicitado", compreendendo os exercícios de 1983 a 1986, e o período de 2 de janeiro a 13 de março de 1987, poderia informar "tão-somente" as ações "à conta das dotações orçamentárias da SECS - 3132.19 - Divulgação e Propaganda, Fonte Tesouro - estando excluídas:

1 - as despesas da mesma natureza, das demais secretarias;

2 - as despesas de outras dotações do tesouro do Estado, aplicadas em divulgação e propaganda, e não apropriadas formalmente como tal;

3 - as despesas da administração direta de Outras Fontes e todas as da administração indireta."

Diante disso, ficaram sem resposta questões importantes que interessam à fiscalização financeira e orçamentária do Estado, exercida pela Assembleia Legislativa, nos termos do art. 39 da Constituição Estadual.

Dentre muitas outras, questões como: quem autorizou a despesa, qual a fonte dos recursos para essa despesa, quem recebeu o pagamento, qual o montante da despesa?

O governador do Estado alega que não pode responder à Assembleia Legislativa "face à precariedade dos controles existentes".

Diante dessa alegação do Governador do Estado, e tendo em vista o que dispunha a Lei n. 6636, de 29 de novembro de 1974, em plena vigência na época em que foram rea-

lizadas as despesas que interessa à Assembléia conhecer em profundidade, é de se promover a responsabilidade dos Diretores Gerais das Secretarias de Estado, em cujas atribuições estão incluídos programar, organizar, dirigir, orientar, controlar e coordenar as atividades das Secretarias, e dos chefes de Grupos Financeiro Setorial, que têm as atribuições de proceder à execução do Orçamento e promover os assentamentos, escriturações e registros contábeis e financeiros, providenciar o levantamento do balancete mensal da Secretaria, proceder ao acerto de contas em geral, executar as medidas e providências de controle interno e promover a auditoria econômica e financeira das Secretarias. Atribuições revigoradas pela recente Lei 8485, de 3 de junho de 1987.

Como nada disso foi feito, conforme revela o próprio governador do Estado, no seu Ofício ATG 0094/87, cabe à Assembléia Legislativa, no cumprimento do dispositivo constitucional do art. 39, e de seus parágrafos, solicitar ao Tribunal de Contas a que proceda a uma auditoria financeira e orçamentária nas unidades administrativas do Poder Executivo, a fim de esclarecer e apurar todas as despesas efetuadas a título de divulgação e propaganda, inclusive as despesas de outras dotações do Tesouro do Estado, aplicadas em divulgação e propaganda, e não apropriadas formalmente como tal.

Essa solicitação dirijo a Vossa Excelência, Senhor Presidente, nos termos do art. 24 do Regimento Interno, que estabelece que o Presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem. Ao solicitar que o Tribunal de Contas proceda a essa auditoria financeira e orçamentária nas unidades administrativas do Poder Executivo, Vossa Excelência estará dando, tenho a certeza, mais uma valiosa contribuição para a valorização do Poder Legislativo, mais uma valiosa contribuição para que seja resgatada a soberania deste Poder, cuja função legislativa tende a manifestar-se mais poderosa no controle e na fiscalização dos atos do Governo.

Essa auditoria tornou-se imperativa face à precariedade dos controles do Executivo". (termina de ler).

Este pronunciamento, formal, Senhor Presidente, é por considerar que o Senhor Governador do Estado, faltou, repito, não como este Deputado, com a Bancada do meu Partido, que apenas quis conhecer os valores, porque o dinheiro pago na divulgação autorizada pelo Governo anterior, aliás pelos dois governadores, José Richa e João Elísio Ferraz de Campos, é dinheiro do povo, recolhido por meio de impostos. E um

Estado que está arrecadando apenas para pagar funcionário público e que não tem dinheiro para investimento. Ainda ontem nós falamos, referindo-nos a uma Mensagem que vamos votar logo mais, o Senhor Governador do Estado pede suplementação ao orçamento de 1987, e que o valor é superior a todo orçamento previsto na época de sua elaboração, quando não há um cruzado para investimento no Estado, Senhor Presidente, para nenhuma obra. E a nós, Deputados, é negado um pedido de informação relativo apenas a quanto foi pago na publicidade que invadiu os lares paranaenses, quando querendo ou não tinha-se que ver a cada instante as imagens daqueles que pagavam com o dinheiro do povo as suas campanhas eleitorais.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento)

Eu agradeço Vossa Excelência e gostaria de lembrar, Ilustre Deputado, que Vossa Excelência tem uma vivência de longo tempo nesse Poder Legislativo, conhece profundamente a Assembléia Legislativa do Paraná, e também como funciona o Poder Executivo de nosso Estado. V.Exa. sabe que todo o Governo que assume, no início de seu mandato, evidentemente segue aquilo que deixou orçado o ex-Governador! V.Exa. sabe que o Governador Álvaro Dias está governando o Estado do Paraná e com base no orçamento anterior e este ano irá elaborar outro para o ano de 1988. E é lógico que V.Exa. tem acompanhado as dificuldades que atravessamos, não só a nível de Estado do Paraná, como nacional, com a inflação galopante em que vivemos, e com a defasagem em todos os setores que estamos atravessando. V.Exa. é testemunha disto.

Na verdade, se o Governador hoje está executando o seu plano de Governo de acordo com o orçamento deixado pelo ex-Governador, é óbvio que há necessidade de algumas suplementações de verbas para atender aos compromissos deixados pelo Governo anterior, ou até mesmo os compromissos recentes.

Gostaria de lembrar a V.Exa. que esta postura do Governador Álvaro Dias é apenas para atender aos interesses de nosso Estado. E nós, que legislamos, aprovamos as leis para o Executivo, temos que estar cientes que não é só o Estado do Paraná que está defasado no seu orçamento, como V.Exa. citou há poucos instantes, com relação ao funcionário público. Isto é uma visão global de nosso País. Mas V.Exa., pela experiência que tem neste Poder Legislativo, há de entender e ser compreensivo observando que o momento é de dificuldade, e que temos que dar todo o apoio ao povo do Paraná e, evidentemente, às po-

sições do Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado pelo aparte que V.Exa. me concedeu.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado.

Ouvi com atenção as palavras de V.Exa. Deputado Dirceu Manfrinato e concordo em gênero e grau. E também, a propósito da nossa Bancada, acho que todos nós que estamos nesta Casa, temos por finalidade prestar ao Governador do Estado a mais estreita colaboração, com o objetivo de que seu Governo resulte profícuo, dinâmico, como se espera.

Nada temos contra o reexame dos valores do orçamento, porque é evidente que o orçamento foi elaborado com base no "Plano Cruzado" quando se previa de inflação zero, e que desgrazadamente não deu certo.

O que quero enfatizar, Deputado Dirceu Manfrinato, é que esta Casa não ganha nada em transformar-se em Comissão Geral para votar uma matéria. A Bancada de V.Exa. por exemplo, não tem nenhuma necessidade de transformar isto aqui em Comissão Geral, porque tem trinta e sete Deputados. Acho que foi até V.Exa. quem mencionou o artigo 37, e eu até acrescentei, ontem, que existem alguns parágrafos que ajudam. Pois bem, gostaria de dizer que a Assembléia não ganha nada com isto, ao contrário, desvaloriza-se. Mais que isto, pede-se uma informação que não passa para mim. Solicitamos para a Assembléia e nos é negado. Deputado Dirceu Manfrinato, dois outros Deputados desta Casa fizeram requerimento idêntico ao nosso, com relação às despesas com publicidade. Foi o Deputado de sua Bancada, Ferrari Júnior e outro Deputado da Bancada do PDT, certamente. Três requerimentos aprovados por esta Casa, e como resposta veio um ofício ao qual me referi em meu pronunciamento, sinteticamente dirigido ao Presidente, e não dirigido a mim. A desconsideração não foi para o modesto Deputado Basílio, mas foi ao Presidente do Poder Legislativo, dizendo que respondia as perguntas dos Deputados fulano, fulano e fulano e que por precariedade da administração do seu Governo deixava de dar aquelas informações.

Portanto, Deputado Dirceu Manfrinato, concordo com V.Exa. A suplementação que iremos votar e não poderia ser de outra forma, porém não podemos admitir e creio que inclusive V.Exa. não irá concordar com que os pedidos de informações não sejam atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Comunico ao Deputado que está na tribuna que seu tempo está esgotado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do horário de seu tempo.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lindolfo Júnior, de Maringá, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente. Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos a poucos dias do recesso parlamentar e é importante que nele avaliemos nossas posições e postura política, para que façamos uma introspecção, uma autocrítica, buscando dentro de nós mesmos respostas às indagações seguintes: de onde viemos? Quem somos? Por que viemos? Para onde iremos?

Acreditamos que só desta forma encontraremos soluções e respostas para os problemas dos eleitores que em nossa ação depositaram suas crenças e esperanças.

Imbuídos de boa fé, os eleitores não votaram em nós para que ficássemos tremulando a bandeira de picuinha e casos de somenos importância.

É necessária a conscientização de que a situação de Parlamentar é séria, delicada e sob constante vigília.

Neste recesso visitemos nossa região, conversemos com nossos eleitores, discutamos com a comunidade os problemas que os afligem, façamos um rastreamento da realidade da qual emergimos, como líderes com representatividade nesta Casa.

Repensemos com a comunidade paranaense a educação, por que não? O problema que consideramos prioritário, a educação que nos serve, não a educação que nos é imposta, pois é uma educação para a subserviência, nos escraviza, não é a educação própria para o nosso povo, nascido para ser livre e não servil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Discutamos a questão salarial, o "Plano Bresser" divulgado pela televisão no dia doze de junho, trazendo o maior "archo" salarial, sem precedentes na História Brasileira.

Os líderes sindicais levantam-se em protesto em todos os cantos do País.

As greves não tardarão a pipocar por todo o território nacional. Os trabalhadores pressentem que o clima de recessão, fome e desemprego não tardará a anuviar o céu do Brasil. "A política salarial adotada pelo Governo é homicida contra a classe trabalhadora", proclamam os líderes sindicais. As perdas salariais são indefensáveis porque o trabalhador sofre na carne, no estômago, a implacável perda do poder aquisitivo.

Se o Plano Bresser, elaborado pelo Governo, caminhasse em direção à recuperação

das perdas salariais dos trabalhadores; determinasse o congelamento dos preços - preocupação esta exposta até agora há pouco nesta tribuna pelo Deputado José Alves - e implantasse uma infra-estrutura capaz de sustentar e garantir o sucesso do plano, o povo não estaria descontente.

A própria SUNAB, é hoje para muitos um engodo, pois não desenvolve uma política verdadeiramente fiscalizadora no cumprimento do "Plano Bresser".

Há uma sensação de desconforto, Srs., de angústia, que toma conta e espelha-se nas faces de todos os transeuntes, na rua. Não tardarão a acontecer - queira Deus que não aconteçam-saques aos supermercados!

Mas, Srs. Deputados, temos certeza que todos os Parlamentares desta Casa, são conscientes e responsáveis querendo o melhor para o Estado do Paraná e para o nosso povo. Povo do qual também fazemos parte! Que cada hora, cada minuto do recesso seja aproveitado com um levantamento da realidade regional, pela qual lutamos!

Os intelectuais questionam a democracia brasileira. Existe, no Brasil um discurso sobre a democracia, mas não existe uma estratégia para construí-la!

Concordamos sim, com o cientista Luciano Martins porque para nós, democracia é processo e conquista. Processo, porque não vem pronta e acabada, é preciso construí-la e fortalecê-la dia após dia; e conquista, porque democracia não é dada de graça, não entra nos nossos lares pela televisão, é necessário lutar por ela; o grau de continuísmo da transição se faz longo e penoso pela ausência de um projeto político para o País, porque a sociedade nem sabe para onde vai.

O Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores, Sr. Joaquim dos Santos Andrade, afirma que o pacto deve ser discutido com as bases e não com a cúpula, mas também determina ser impossível discutí-lo, diante do arrocho salarial. Enquanto isso, os empresários ceticamente indagam: "Será que o Estado clientelista e autoritário ainda conseguirá garantir a credibilidade da população?"

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Deputado Estadual, José Alves.

O Sr. José Alves - Deputado Lindolfo Júnior, estamos ouvindo atentamente o seu discurso, que vem em prol do homem trabalhador, o nosso brasileiro que está morrendo de fome, pagando com lágrimas, suor e fome o erro das eleições passadas, porque não soubemos votar. Assim, manifesto o meu agrado quando ouço um jovem Deputado, como V.Exa., preocupando-se com o trabalhador, e também com a classe carente, vindo hoje à Assembléia fazer o seu pronunciamento. Ora, que tal se os nossos

governantes, os ministros da área econômica, pensassem como V.Exa.? Teríamos um Brasil de mais felicidade, mais rico, de menos fome. Portanto, parabéns a V.Exa., que se preocupa com a classe trabalhadora, com as crianças, com os pobres da nossa terra!

Parabéns, Deputado!

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Deputado José Alves.

O pronunciamento de V.Exa. no momento em que falamos no Horário da Liderança do nosso Partido, vem enriquecer ainda muito mais as nossas palavras.

Há necessidade premente, Srs. Deputados, e o PFL entende desta forma, de um grande pacto social sem crise e greves, pois enquanto sabaquantes, safardanas e malacafentos continuarem gerindo até os destinos deste País, tenho a certeza que...

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) V.Exa. tem trinta segundos para concluir.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado, Excelência ... não teremos uma sociedade humana e justa, sociedade que todos nós almejamos e queremos. Gostaria de parabenizar a todos os Parlamentares que nesta Casa retribuem o voto do povo com seu brilhante trabalho de dedicação e patriotismo.

Um bom recesso a todos os Senhores Parlamentares e que em agosto continuemos trabalhando ainda muito mais pelo Estado do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

(Ausente)

Estando ausente, consulto à Liderança do PDT.

Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Numa deferência especial da Liderança do meu Partido, subo à tribuna não para falar em nome do PDT, mas para falar em meu nome pessoal e com toda tranqüilidade, seriedade e com a mais absoluta convicção de que durante quatro anos na Câmara de Vereadores prestei com dignidade e responsabilidade o meu trabalho como Vereador, levado que fui para aquela Casa com a maior votação dada a um Vereador em Curitiba.

Como todos sabem o Tribunal de Contas fez uma auditoria na Câmara de Vereadores,

na Prefeitura e outros órgãos e, segundo esta, e conforme os jornais de hoje estampam, aquele órgão encontrou inúmeras irregularidades, citando inclusive o nome deste Deputado dizendo que as suas contas não estariam correspondendo à verdade, ou que teria feito gastos acima, do legalmente permitido.

Quero dizer aos Senhores Parlamentares e à imprensa que faz a cobertura nesta tarde na Assembléia, que estou requisitando todas as minhas contas durante quatro anos de mandato na Câmara, porque desejo colocá-las abertamente a todos para que verifiquem como é que o Vereador Algaci Túlio usou durante quatro anos o dinheiro do povo.

Tomei também, neste exato momento, uma medida porque entendo que dentro desta Casa não sei o que é certo ou errado quanto ao que faço.

Não sei se o que a Assembléia diz que o Deputado pode atender o povo no seu gabinete está certo e amanhã ou depois, numa auditoria, por ventura, nesta Casa, o Tribunal de Contas venha a dizer que aquilo que o Deputado fez em atendimento no seu gabinete não é correto, porque o Tribunal de Contas não aceita.

Tudo isso preocupa-me Srs. Deputados, porque tenho a minha consciência tranqüila de que entrei pobre na Câmara de Vereadores e saí mais pobre ainda.

Gastei acima daquela verba que era consignada aos Vereadores, como estou gastando acima da verba que é dada aqui, ao meu gabinete. E coloco à disposição da imprensa e dos Senhores Parlamentares as minhas contas, como também do exame atendimento que se presta em meu gabinete.

Não tenho culpa se a Prefeitura Municipal de Curitiba cortou os ônibus que acompanham o sepultamento dos pobres e eu, Vereador Algaci Túlio, era obrigado a contratar veículos para atender aquele povo, como ainda hoje faço. Estão aqui as notas, recibos, para que os amigos daquele pobre possam acompanhá-lo até a sua última morada. Não tenho culpa se o PROMOPAR não fornece o caixão para o pobre indigente, de periferia e o ex-Vereador Algaci Túlio, hoje Deputado, se vê na obrigação de atender a este chamamento.

Não tenho culpa se, lamentavelmente, os órgãos do Município e até mesmo do Estado, não atendem os pobres desta cidade, até mesmo da região metropolitana e do interior que vêm ao meu gabinete e o Deputado Algaci Túlio se vê na obrigação de dar esse atendimento. Então chega-se a conclusão, Srs. Deputados, que é melhor não atender ninguém, e é melhor mandar, a partir de hoje, toda essa pobreza fazer filas nas portas do Tribunal de Contas, fazer filas nos órgãos do Município, e do

Governo, por que lá batem as portas e não são atendidos; aqui, não, aqui nós atendemos. Está aí o Deputado Luiz Carlos Alborghetti que não me deixa mentir sobre a quantidade de pessoas que atendemos em nossos Gabinetes. A nossa função é um pouco diferente das demais dos Srs. Deputados, porque somos comunicadores, e estamos diariamente, em contato com o povo através do nosso trabalho pelo rádio e pela televisão. É errado pagar um sepultamento, um caixão, comprar um terreno no cemitério para um pobre? Se é crime fazer esse tipo de atendimento, quero pagar por esse crime!

Então, é por isso que ocupo este espaço da Liderança do PDT, para me colocar inteiramente à disposição, com a consciência absolutamente tranqüila de que não levei, absolutamente, um tostão nos quatro anos de Câmara de Vereadores, para a minha casa. Não tenho casa de minha propriedade como não tenho casa na praia, chácara e nem tenho cabeças de bois. Entrei com um patrimônio e saí sem patrimônio da Câmara de Vereadores. E é essa a mesma linha que tenho adotado aqui na Assembléia Legislativa. Os Cz\$ 20 mil cruzados que nós Deputados temos para Assistência Social, para mim duram três dias. E no restante do mês, como é que vou fazer e o povo, pobre bate a minha porta, e se até uma senhora acabou morrendo aqui um certo dia, quando veio em busca de ajuda?!

De onde vou tirar esse dinheiro, se não é dos meus proventos de Deputado?

O Sr. Rafael Greca - V.Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado Algaci Túlio, acho interessante que S.Exa. use o Horário da Liderança do nosso Partido para examinar esse problema da Auditoria que o Egrégio Tribunal de Contas, Órgão auxiliar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e portanto, à esta Assembléia subordinado, vem de realizar no Poder Legislativo e no Poder Executivo da Cidade de Curitiba. Quero lembrar a S.Exa. que só existe um Relatório de Auditoria, ainda não há um parecer de um dos Conselheiros do Tribunal de Contas. Parece-me que o Relator, Dr. Armando Queiroz, é um Conselheiro da maior probidade e há de exarar um Parecer que seja compatível com a Justiça.

Examinando "a grosso modo" esse relatório tornado público hoje, percebi o seguinte: que o Tribunal de Contas considera existir, na Câmara, a seguinte irregularidade: Sr. Presidente da Câmara pagaria, pela rubrica orçamentária 3.1.3.2 que é destinada, no orçamento de Curitiba, para, "Outros Serviços e Encargos", uma verba de Assistência Social aos Srs. Vereadores. É

isso que nos diz respeito. Se há outras irregularidades, vamos examiná-las depois.

Quero aproveitar as presenças na Casa dos Vereadores Luiz Gil Leão, Sady Ricardo e José Gorski e também saudá-los. Nós, políticos de Curitiba, devemos aproveitar a presente ocasião para apresentar à imprensa as contas e os documentos da última verba de Assistência Social do Vereador José Gorski, que estão comigo. Acho que o nosso procedimento é exatamente o que V.Exa. vem de tomar, mas deve ser tomado com serenidade.

Em primeiro lugar, devíamos colocar as nossas contas à disposição da população para julgamento; em segundo lugar, devíamos aguardar, do Tribunal de Contas, a seriedade de um Órgão ligado a esta Casa e não, a histeria do procedimento de um tribunal de inquisição, que fica vendo bruxas em todo lugar. Aliás, parece-me, o Presidente e a Mesa Executiva desta Casa não são propriamente "caçadores de bruxas" muito menos o é a Mesa de Conselheiros do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência informa ao nobre Deputado orador que tem mais trinta segundos para as conclusões.

O Sr. Rafael Greca - Só para concluir, Sr. Presidente.

É muito importante, Sr. Presidente e Sr. Deputado, que a democracia venha com a transparência, mas ela precisa vir, sobretudo, com a seriedade e com a serenidade.

Felicito V.Exa. porque quem não deve não teme e pode falar. Felicito, inclusive, pelo teor do seu pronunciamento no horário das Lideranças do nosso Partido, e a ele me somo e associo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Rafael Greca. Isso tudo é culpa do modelo econômico que vigora neste País, onde o Parlamentar que é pago para legislar acaba virando um assistente social, e corre risco como nós corremos.

Voltarei numa outra ocasião, ainda, para comprovar, se necessário for, a minha atuação como Vereador e como Deputado nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Dirceu Manfrinato - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Lamento, mas o horário não me permite Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Fica para uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso da palavra.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

(Declina)

Havendo declinado consulto a Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado consulto a Liderança do PMDB.

(Declina)

Havendo declinado, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 91/87, 106/87 e o Projeto de Resolução n. 38/87. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, acima aprovado:

2. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 91/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 50/87), que altera os limites para abertura de créditos suplementares para a Administração Direta e Indireta, fixados na Lei n. 8.426, de 08.12.86, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1. Secretário que proceda à chamada nominal dos Se-

nhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Quarenta e sete Senhores Deputados responderam a chamada.

Há quorum para deliberação.

Encerrada a discussão, em votação o Projeto n. 91/87. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 91/87, queiram levantar-se.

Senhores Deputados que rejeitam o Projeto n. 91/87, queiram levantar-se.

Vinte e oito Senhores Deputados aprovam. Nove rejeitam.

Está Aprovado o Projeto n. 91/87.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) - Solicito que conste na Ata dos trabalhos desta sessão o nome dos deputados que votaram contra e a favor dessa proposição.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Mesa não vê como, a não ser que Vossa Excelência queira declarar o seu voto contrário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Não posso, porque a Ata vai dizer quantos votaram a favor e contra.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Certo, Vossa Excelência então quer declarar o seu voto contrário.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Não, da minha Bancada, e dos demais Deputados que votaram.

O SR. CÁITO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, acho que há um mal entendido do Deputado Basílio Zanusso. Ele tem o direito de pedir para constar em Ata o seu voto contrário, mas não tem direito de pedir para constar o voto de quem votou a favor e de quem votou contra, porque nós não aprovamos aqui, antes da votação, uma votação nominal do referido projeto.

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Não discordo do Deputado Basílio Zanusso,

e se houver necessidade de constar que votei favorável, quero que conste Luiz Carlos Alborghetti, entre parênteses "Cadeia".

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, entendo de que o ilustre Deputado Basílio Zanusso tem poderes de falar por ele mesmo e pela sua Bancada, mas acreditar que não está autorizado pelas outras Bancadas para decidir a posição de qualquer Deputado com relação ao voto.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Não entende, este Deputado, qual outra forma, senão a de requerer a Vossa Excelência que conste nos trabalhos desta sessão o meu nome e daqueles que pertencem a minha Bancada, que votaram contra, como é público que aqui as Bancadas de oposição votaram contra a proposição.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência defere e fará constar em Ata o nome de sua Bancada como tendo votado em contrário.

^a
2. DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 106/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 54/87), que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pela Resolução do Senado Federal e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA sob o aspecto constitucional e financeiro.

Apenso, pareceres da Comissão Geral da Assembléia nos aspectos constitucional e financeiro.

COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA

Aspecto Constitucional

O Plano de Lei em questão, encaminhado a esta Colenda Casa por Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n. 54/87, objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar operações de créditos, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações, de forma a atender as despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a

1991.

Dos termos da justificativa governamental verificamos que a medida virá proporcionar a consolidação de uma infraestrutura compatível com as nossas necessidades, além de desempenhar o papel de geradora de empregos.

Deve-se salientar a limitada capacidade dos Estados, em conduzirem programas de investimentos ou de ampliação das atividades que prestam atendimento à comunidade, com recursos exclusivamente próprios.

Além disso, a atual conjuntura financeira internacional aliada aos problemas nacionais, como as altas taxas de inflação, deverão restringir a possibilidade de obtenção de recursos de terceiros para financiamento dos programas estaduais.

No plano legal, a matéria não encontra impedimento legal e constitucional à sua aprovação por esta Douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, com bem demonstram os dispositivos n. 25 e 26 da Constituição Federal e n. 47, inciso I, da Constituição Estadual.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE à APROVAÇÃO do Projeto de Lei em anexo.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em

(a) EDMAR LUIZ COSTA - Relator

Aspecto Financeiro

O Presidente Projeto de Lei, originário da Mensagem Governamental n. 54/87, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operações de créditos, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias em empréstimos e financiamentos interno destinados à entidades da Administração Direta e Indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações, de forma a atender as despesas de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991.

O mesmo foi devidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável, em relação à sua legalidade e constitucionalidade.

Chamada a opinar sobre o aspecto financeiro da medida, esta Douta Comissão de Finanças entendeu que o Plano de Lei em anexo está devidamente justificado e de acordo com as normas constitucionais vigentes, não havendo nenhum óbice à sua tramitação normal por esta Colenda Casa.

Assim sendo, o nosso parecer é Favorável à APROVAÇÃO do projeto de lei n. 106/87.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Relator

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 106/87

Ao Projeto de Lei n. 106/87, iniciativa do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado ..."

Suprima-se do Artigo 1.º, "in fine", a expressão: "... a 1991.

Sala das Sessões, em 24.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Rafael Greca, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Antônio Costenaro Neto e uma ilegível.

Está em discussão o Projeto e a Emenda.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Declino.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos vivendo um momento de crise no Brasil, dos mais terríveis, e entregar neste instante um cheque em branco, seja a quem for, é realmente uma situação bastante perigosa.

Porque o que vem pela frente, não se pode prever; é imprevisível, como todos nós sabemos, e se hoje esta casa assina um cheque em branco, que precisa de apenas três assinaturas, pois uma foi dada ontem, hoje e, possivelmente amanhã serão dadas as demais assinaturas nas três discussões necessárias para ser aprovado o Projeto n. 106/87, autorizando o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como a prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração direta e indireta do Estado, até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e dá outras providências.

Senhores Deputados, nós não estávamos nesta Casa ontem, quando da 1.ª Discussão do Projeto, porque nos encontrávamos em Paranaguá acompanhando e fazendo parte da CPI com relação ao Porto. E não tivemos, portando, a oportunidade de discutir com mais profundidade este Projeto. Mas, fazendo uma análise em relação mesmo quanto ao aspecto constitucional e legal, vejamos

bem os Senhores o que diz o art. 1.º: "O Poder Executivo fica autorizado a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias, empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração direta e indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações, de forma a atender a despesas de capital programadas em atividades e projetos nos orçamentos anuais e plurianuais de 1987 a 1991.

Ora, isto significa que esta Casa, como dissemos, assina um "cheque em branco" ao Senhor Governador, e evidentemente sem desconfiar de sua honestidade em absoluto, ele irá preenchê-lo ao longo do seu mandato, o que significa que esta Casa não mais terá conhecimento de quais operações de crédito serão contratadas pelo Estado do Paraná.

Ora, o Legislativo já está esvaziado e vamos esvaziá-lo ainda mais? Aprovado este projeto, não saberemos como e porque o Estado vai prestar fiança, aval ou dar outras garantias em empréstimos e financiamentos internos.

Na minha opinião, é um absurdo e até um ato bastante perigoso que estamos cometendo. Isto não significa que haja desconfiança em relação aquele que vai receber o "cheque em branco", o Governador. Pelo contrário, ele merece toda nossa confiança. Entretanto é realmente uma situação bastante perigosa por que passa este Legislativo. Estamos abrindo mão de nossas prerrogativas, e é aqui que tenho sempre me baseado ao dizer que estamos cada vez mais nos esvaziando. Já demonstramos isso quando da discussão da Reforma Agrária, pois demos muitos poderes ao Governo, e hoje damos mais um poder imenso ao Governador.

Será que precisamos legislar contra nós mesmos? E será que precisamos entregar de mãos beijadas nossas prerrogativas de legisladores?

Vejam, Srs. Deputados: vamos autorizar todas essas operações, fiança, aval, operações de crédito - feitas sem o conhecimento desta Casa. Esta é uma Casa Política por essência e por excelência, e se está autorizando tudo e esta autorização nos surpreende, porque sua parte política será profundamente afetada. O nosso voto será contrário, e tentando pelo menos amenizar o impacto deste Projeto, apresentamos uma Emenda Supressiva para que os seus efeitos se projetem apenas neste exercício.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Algaci Túlio, permita agora, já que na oportunidade não me foi

possível...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, pediria uma informação à Mesa.

Quando a matéria está sendo encaminhada, o Regimento Interno permite aparte?

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Matéria está sendo discutida.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado.

O Sr. Basílio Zanusso - ... só para dar, emprestar e oferecer a Vossa Excelência a minha solidariedade quanto a possíveis irregularidades no exercício de Vossa Excelência como Vereador na Câmara Municipal da Capital, onde algumas pessoas ou órgãos interessados em atingir a dignidade pessoal de Vossa Excelência, procuram difamá-lo.

Nestes poucos meses que nós temos no convívio honrado e agradável com Vossa Excelência, pudemos avaliar muito bem a altura de sua dignidade pessoal, a dedicação, o trabalho em favor do Estado do Paraná.

E queremos crer mais, que com essa mesma dignidade pessoal Vossa Excelência desempenhou seu mandato na Câmara Municipal, tanto é que Vossa Excelência veio para a Assembléia Legislativa do Paraná como sendo o Deputado mais votado do seu Partido. Quem disse que Vossa Excelência foi um competente, dinâmico vereador, trabalhador em favor de Curitiba e do Paraná foi o próprio povo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Basílio Zanusso - No que diz respeito à discussão da proposição que levou Vossa Excelência à tribuna, também quero solidarizar-me com a sua proposta, que procura limitar um pouquinho a amplidão pretendida pelo Sr. Governador desta Casa, por meio de uma lei que vai autorizá-lo a governar todo o seu mandato negociando, contratando empréstimos e oferecendo garantias sem precisar do Poder Legislativo. E em uma Mensagem de apenas um artigo e um parágrafo único, esta Casa entrega tudo de mãos beijadas. E Vossa Excelência fala muito bem, está se assinando um cheque em branco. Mas vou além do cheque em branco, para mim é totalmente inconstitucional e esta Assembléia não pode fazer isso porque não está revelando o seu valor.

Na mensagem, o Sr. Governador justificava dizendo que o Senado limitou por resolução a capacidade de endividamento do Estado. Que capacidade de endividamento, se nós, como falei há pouco, estamos arrecada-

dando apenas para pagar o funcionalismo público e não pagamos os juros da nossa dívida externa e interna. Portanto, que capacidade é a nossa se não sabemos e não diz na Mensagem quanto nós devemos? Não se esclarece a esta Casa a dívida do Estado do Paraná, equanto não se pode avaliar os números até 1991, quer dizer, em todo o Governo do Sr. Álvaro Dias. E Vossa Excelência ao apresentar emenda, presta a esta Casa e ao Paraná, relevante serviço e de uma oportunidade indiscutível, porque procura limitar um pouco, pelo menos, a ação do Governo. Essa autorização ficaria restrita ao exercício de 1987, quando estamos em junho e o exercício tem doze meses.

Portanto, Deputado Algaci Túlio, quero dizer do meu voto e o da nossa Bancada, favorável à sua proposta e emenda, esperando que, se não toda a bancada do PMDB, alguns integrantes dela, dessa briosa Bancada, vejam, na sua proposta, uma grande contribuição deste Poder na administração pública do Estado.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Gostaria de dizer, também, Deputado Basílio Zanusso, que Vossa Excelência levanta, com muita propriedade, o problema da inconstitucionalidade. E, evidentemente, amanhã traremos para esta Casa um estudo aprofundado em relação a problema levantado por Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte, e gostaria de informar a Vossa Excelência, ilustre Deputado, de que quando se levanta a questão de que a Assembléia do Paraná estaria dando um cheque em branco ao Governador Álvaro Dias, não é bem verdade. Porque entendo que quase três milhões de paranaenses, nas urnas de 1986, através do seu título eleitoral, outorgaram a procuração para que o então Senador Álvaro Dias, hoje Governador do Paraná, administrasse o nosso Estado.

Não vejo razão por parte de Vossa Excelência e do ilustre Deputado Basílio Zanusso quando falam dos riscos desta autorização ao Governador do Paraná. Se quase três milhões de paranaenses acreditaram, acreditam e estão acreditando no Governador muito mais, pois aí estão as pesquisas levantadas no Paraná e também em outros Estados brasileiros, o Governador Álvaro Dias desponta como um dos melhores Governadores do Brasil.

Se na verdade o povo do Paraná acreditou, não vejo razão para que nós que representamos a população do Paraná, pois Vossa Excelência representa uma parcela, o

Deputado Basílio Zanusso representa outra, como eu represento uma parte dos eleitores deste Estado, não acreditássemos. E não estaríamos tirando a autonomia da Assembléia Legislativa do Paraná.

É apenas uma questão de coerência e de bom senso, uma vez que em breve estaremos em recesso e este Parlamento, e evidentemente como Vossa Excelência sabe, só haveria possibilidade de se votar uma mensagem do governo do Paraná através de uma convocação extraordinária do Poder Legislativo.

Não está sendo menosprezado o Poder Legislativo e nem as bancadas de oposição. Se assim fosse, temos maioria neste Poder Legislativo, temos trinta e sete Deputados para aprovar as matérias do Governo do Paraná. É uma questão apenas de coerência, num momento difícil economicamente em que vive o Brasil e nosso Estado também, mas temos que dar autonomia ao Governo para remanejar a dívida externa e interna, com muito mais rapidez. Ele não pode ficar na dependência dos projetos encaminhados e às vezes correr o risco de a morosidade atrapalhar até o rolamento da dívida do Estado.

Gostaria, ao encerrar, dizer a Vossa Excelência que acreditamos na honestidade, na seriedade do Governador Álvaro Dias, e não vejo razão deste Poder Legislativo também não acreditar na decisão do Governo do Paraná.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Dirceu Manfrinato, em momento algum este Deputado disse que desconfiava da honestidade de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias. Em hipótese alguma. Atenho-me a outro ponto nesta discussão, mais uma vez querendo lembrar a esta Casa que a cada dia que passa perdemos as prerrogativas que temos. Estamos dando tudo de mão beijada para que seja feito lá fora, sem que haja uma discussão mais aprofundada nesta Casa. A cada dia que passa, chegamos à conclusão que aqui viemos somente para dar nomes de estradas, títulos de cidadão honorário, declarações de utilidade pública. Assim, não vamos tomar conhecimento e nem vamos votar matérias importantes para nosso Estado.

Em momento algum este parlamentar coloca sob suspeita a conduta de Sua Excelência o Governador Álvaro Dias, apenas deseja a valorização deste Legislativo.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Caro Deputado Algaci Túlio. Parabéns esta sua preocupação - que também é nossa, e gostaríamos de concordar plenamente com o Deputado Dirceu Manfrinato,

quando o mesmo diz que dois milhões de paranaenses que elegeram o Governador Álvaro Dias

O Sr. Dirceu Manfrinato - Três milhões, Deputado.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - ... mas gostaria de lembrar aos nobres Pares desta Casa, que também dois milhões de paranaenses elegeram cinquenta e quatro Deputados para fiscalizar, orientar quando necessário, e para auxiliar o Governo do Estado na execução de seu plano administrativo.

Portanto, achamos que foram eleitos cinquenta e quatro Deputados para fiscalizar, para apoiar a administração do Governo do Estado, entretanto, não podemos apoiar um projeto que nos tira exatamente o direito de executar este trabalho.

Entendemos que este projeto tira na verdade o direito da fiscalização, do acompanhamento da execução do trabalho.

Gostaríamos de saber, principalmente, em quais projetos que serão aplicados estes recursos que serão tomados pelo Governo do Estado, por ocasião do empréstimo.

Na medida que aprovamos a carta branca, naturalmente não sabemos quais são os projetos, e não sei se os Deputados do PMDB saberão. Não participaremos de hoje em diante, ou do dia da aprovação do projeto, das discussões da alocação dos empréstimos. Então, o que estaremos fazendo nesta Casa?

Quando ouvimos através da imprensa o que acontece todos os dias, e através de próprios colegas nossos denunciando que ganhamos demais e a imprensa vem divulgando isto todos os dias através de jornais, da televisão, ficamos até preocupados. Se tivermos a participação ativa nas discussões, nos projetos procurando com que eles sejam voltados para o interesse da população, naturalmente a população vai aceitar que sejamos bem pagos para aqui estarmos.

Mas, na medida que damos prerrogativas ao governo do Estado para trabalhar livremente e que nosso trabalho aqui não tem mais significado nenhum, entende este Parlamentar que realmente estamos ganhando demais e que naturalmente não se precisa de 54 Deputados aqui no Estado do Paraná, nem talvez no resto do Brasil.

Este é o meu entendimento.

Acho que devemos aprovar todos os empréstimos necessários dentro da capacidade de endividamento do Governo do Estado, mas cada um deles com a discussão nesta Casa. E não teria que ter a preocupação também o Governo do Estado, porque a sua bancada é maioria absoluta. Não haveria dificuldade nenhuma e não haverá na aprovação dos projetos futuros.

Portanto, não entendo porque a aprovação no atacado.

Esse é o meu entender, nobre Deputado. Obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero cumprimentar o aparte do Deputado Antônio Costenaro Neto, pela sua posição, pelo seu brilhante aparte que dá, assim, uma visão ampla do que realmente está acontecendo.

De repente, seremos obrigados a concordar perante a opinião pública que ganhamos demais para virmos aqui usar a tribuna, dizer coisa com coisa, nada com nada e declararmos de utilidade pública, dar nomes a estradas, ou darmos títulos a cidadãos honorários. E parece que aí, realmente, vai custar muito caro a nossa função como Parlamentar.

Por isso, até concordaríamos em parte, se fosse por um período menor. Mas, até 1991, realmente, é uma abertura muito grande que esta Casa dá.

Peço aos Senhores Parlamentares e até faço um apelo, sei até que será um apelo sem condições de ser atendido, mas o nobre Líder Caíto Quintana, cidadão, parlamentar, por quem temos uma admiração muito grande como por todos os Parlamentares do PMDB, peço que analisem com mais profundidade, quem sabe até retirem este projeto hoje de discussão, para finalizar a análise da sua constitucionalidade amanhã. Porque, de repente, estamos aqui aprovando uma lei que não é constitucional. Da nossa parte, vamos trazer aqui amanhã as informações com relação a isto, porque na verdade não tivemos tempo suficiente para nos aprofundarmos na matéria.

Tanto é verdade que ontem não participamos da sessão por estarmos em Paranaguá, na CPI do Porto. E hoje, diante de tantos atropelos, não pudemos nos aprofundar no estudo da matéria. Mas, apelo à Bancada do PMDB, para que concorde com a retirada do projeto por uma sessão para discussão, para que possamos analisar com mais profundidade esta matéria.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Continua em discussão o Projeto de Lei n. 106/87.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era intenção deste Parlamentar discutir este assunto.

No entanto, devido às colocações feitas desde o dia de ontem, repetidas hoje nesta Casa, com a agradável presença nesta Assembléia Legislativa, de tão ilustres

paranaenses que nos visitam, com a imprensa ouvindo aquilo que os nobres Deputados da Oposição têm dito a respeito desta matéria, seria, até certo ponto, irresponsabilidade da nossa parte não fazermos algumas colocações, para que não pare a verbosidade de alguns integrantes da Oposição como verdade absoluta numa mensagem governamental que está estritamente dentro dos preceitos constitucionais.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Parece-me que por intenções óbvias, a Oposição desconhece o final do artigo primeiro do Projeto de Lei n. 106/87. Diz ele claramente, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que "fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de créditos, bem como prestar perfil aval, fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos, destinados a entidades da administração direta ou indireta do Estado, até os limites estabelecidos pela Resolução do Senado Federal, e obedecidas as respectivas regulamentações, de forma a atender as despesas de capital programadas em atividades e projetos, contidas no orçamento anual e plurianual do Estado".

Srs. Parlamentares não é verdadeira a afirmação de que está se dando um cheque em branco! As obras a serem contratadas, empréstimos internos, estão estipuladas no orçamento anual e plurianual do Estado, aprovado por esta Casa de Leis.

As obras previstas já foram aprovadas pelos nobres Pares desta Casa, e não se pode desconhecer isto. A Resolução do Senado Federal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito clara nos limites. O Governo do Estado pode contrair empréstimos como diz claramente em seu artigo segundo: "A dívida consolidada interna dos Estados e Municípios, deverá conter-se nos limites máximos que são os seguintes: o montante global não poderá exceder a 70% da despesa realizada no exercício financeiro anterior".

No item 2, diz que o crescimento real e anual da dívida não poderá ultrapassar 20% da receita realizada; determina objetivamente como o Governo do Estado pode contratar e até que limites e, obviamente, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na hora em que o Governo for pleitear um empréstimo junto a órgão nacional, porque é empréstimo nacional que nós estamos autorizando, terá que apresentar o perfil da dívida do Estado do Paraná para saber se o Estado tem poder de endividamento e condições de receber estes empréstimos.

Ora, Sr. Presidente, apenas a título de ilustração, ouvi o questionamento do Deputado Basílio Zanusso, dizendo que nós não conhecemos o perfil da dívida do Estado do Paraná. Isto depende, em grande par-

te, da boa vontade de cada um de nós, em conhecer a real situação do Estado em que vivemos e para o Estado que nós legislamos. O perfil da dívida do Estado do Paraná, dívida da administração direta, com encargos, perfaz um bilhão, cento e oitenta e dois milhões de dólares; o perfil ponderado de 14,8 anos para pagamento, o custo médio é de 8,1/2% ao ano o serviço da dívida, no quadriênio de 1987 a 1990 é de 394,3 milhões, ou seja, 33.3% do total.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, vivemos, para orgulho de nós paranaenses, num dos Estados que, com dificuldades econômicas, é verdade, tem o melhor equilíbrio de finanças e do seu poder de endividamento.

O Governo está pedindo o quê? O Governo está pedindo autorização para pleitear empréstimos. Por que até 1991, Deputado Algaci Túlio? Porque nem sempre o pedido que você faz - "você" é força de expressão minha, desculpe-me, não é colocação a Vossa Excelência.

O pedido que se faz no ano de 1987 não é liberado no exercício de 1987, é liberado em 1988, 1989.

Lembro perfeitamente quando iniciei meu mandato nesta Casa, no período em que o Governador José Richa desenvolveu o Projeto de Eletrificação Rural, que a Bancada da Oposição da época dizia que aquele trabalho de pleiteamento de recursos para eletrificação rural era produto do Governo anterior, só concretizado no Governo José Richa.

É preciso pleitear, e como tudo no Poder Público para pleitear tem que ter autorização do Legislativo, o Governo está pedindo autorização do Legislativo para pleitear um empréstimo que poderá ocorrer em 87, 88, 89 ou 90. Amanhã ou na semana que vem, o Dr. Machado, representante paranaense da Caixa Econômica, estará no Paraná para a liberação de recursos aos Programas Sociais do Governo, e dependendo da autorização deste Legislativo. Todos esses programas, como o FAS, com a Caixa Econômica, todos no Plano Social, estão embutidos neste Projeto, Srs. Deputados, inclusive os do Município de Curitiba, assim como a verba pleiteada para fazer o Programa de governo da Região Metropolitana, constante do Plano Plurianual do Governador Álvaro Dias.

Estão aí também os 7.500 km de estradas vicinais, que é uma programação já repassada a todos os Municípios, que é uma expectativa, e parte desse financiamento da Caixa Econômica Federal está a depender de autorização, para que o Governo possa agilizar esse empréstimo e dar execução a essa obra no Estado do Paraná.

Estão aí todas as obras do Plano Social, porque o empréstimo do DAS e da Cai-

xa Econômica, se limitam a obras exatamente destinadas ao Plano Social.

Então, me desculpem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tirar o tempo da votação dessa Mensagem, para fazer um encaminhamento, mas acho que pelo respeito aos nossos companheiros de Oposição, pela imprensa, por aqueles que aqui vieram assistir a sessão da Assembléia Legislativa, não devemos transmitir, pelo bem deste Poder, a impressão de que a Bancada majoritária do PMDB está passando um trator de esteira em cima de uma matéria, por simples quantificação numérica superior!

Não, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, pois o projeto está perfeitamente embutido dentro dos critérios para empréstimos, porque existem razões para se fazê-los nesses termos e porque não se pode paralisar o desenvolvimento do Estado do Paraná. O nosso Estado apresenta "déficits", é bem verdade, na sua arrecadação interna, não podendo fazer frente a esse momento de dificuldade que estamos atravessando, quando a arrecadação do Estado, atingindo um aumento de 42%, faz o Estado conviver com uma inflação, até maio, de 90%!

É óbvio que há uma defasagem na arrecadação do Tesouro, e é necessário que se dê continuidade aos programas, e o Estado precisa se alimentar de recursos, e esses recursos precisam ter, pelo respeito a esta Casa, autorização deste Poder!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência coloca muito bem a explanação do projeto, e ao mesmo tempo que nós temos a possibilidade de analisar que o ilustre Deputado Algaci Túlio caiu em contradição, uma vez que mencionou na tribuna a sua impossibilidade de acompanhar a votação do projeto, na data de ontem.

O ilustre Deputado afirmou que estava em Paranaguá, acompanhando a CPI da Corrupção, e talvez, exatamente nessa posição de não ter um profundo conhecimento do Projeto, como Vossa Excelência explanou muito bem agora, talvez até o ilustre Deputado mude de opinião, porque Vossa Excelência foi muito feliz na sua colocação dessa tribuna. E não só isso ilustre Deputado Algaci Túlio, há poucos instantes Vossa Excelência fazia uma defesa de sua pessoa quando Vereador em Curitiba, com relação ao Tribunal de Contas do Paraná, porque hoje está estampado na imprensa do Paraná o nome do ilustre Deputado como tendo cometido irregularidades na sua prestação de contas como Vereador em Curitiba.

Mais uma vez o ilustre Deputado cai em contradição. Uma vez que se nós temos o

Tribunal de Contas do Paraná para fiscalizar as contas do Poder Público, não vejo razões para que o ilustre Deputado tente tumultuar o processo do Projeto, pois, há órgãos competentes para a devida fiscalização. Mas, temos certeza de que o Governador Álvaro Dias é um homem que tem acima de tudo um mandato fixado por quatro anos de Governo do Paraná, mas tem em si um mandato vitalício pela sua honestidade, pela sua competência e pela sua capacidade.

E ao encerrar ilustre Deputado, eu gostaria de dizer ao ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, de que este Projeto não tira os direitos do Poder Legislativo. Talvez o ilustre Deputado se esqueça que foi o PMDB, o ex-MDB, a grande bandeira da liberdade, da democracia no Paraná e no Brasil inteiro. Nós não tínhamos liberdade após 1964, a imprensa não tinha liberdade, hoje existe liberdade, principalmente neste Poder Legislativo. Aqui os professores que estão em greve têm total acesso a este Poder Legislativo, vêm livremente fazer as suas manifestações. Os Deputados que ontem davam sustentação ao regime ditatorial têm hoje a liberdade também de usar aquela tribuna para dizer o que sentem e o que pensam. Não estamos tirando o direito do Poder Legislativo, estamos apenas ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, é dando apoio a um plano de Governo, porque um homem que ocupa um cargo Executivo, como Prefeito e Governador de Estado, têm que apresentar antes de ser eleito, um plano de Governo, para que a população saiba o que pode acontecer durante seu mandato. E é exatamente isso, esse Projeto vem de encontro às aspirações do povo do Paraná e do plano de Governo do Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O Sr. Basílio Zanusso - Permite um aparte, ilustre Deputado?

O Sr. Erondy Silvério - Por favor Deputado, eu estou inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato. Eu gostaria de ceder aparte ao Deputado Rafael Greca, pela ordem de inscrição.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Caíto Quintana. É só para agradecer a sua atenção generosa para com a Bancada da Oposição, minoritária nesta Casa, em nos dizer que se vai cumprir um orçamento programa, um orçamento programa votado por essa Assembléia. Eu tenho lido as rubricas várias do orçamento do Estado do Paraná, e não tenho como propósito da minha atuação par-

lamentar obstruir de maneira nenhuma a implantação de obras de infra-estrutura em benefício do povo do Estado, muito menos obstruir programas de interesse social, como Vossa Excelência elucida. Vem agora o Doutor Teobaldo Machado assinar com o Governador do Estado, amanhã, em Palácio, nesta ocasião, nós também não temos esse acesso que a Bancada majoritária tem ao Palácio Iguazu e ao Senhor Governador. Eu imagino que menos por má vontade do Senhor Governador ou nossa, e mais por má educação dos costumes políticos deste País, onde a Oposição é sempre vista como adversária e inimiga, antes do que, como nos Países civilizados, quando a Oposição é vista como partícipe das responsabilidades do bem comum do povo.

No entanto diz a minha consciência que devo eu e devemos nós, Deputados da Oposição, como advertência à Assembléia, votar contrariamente ao Projeto ora em tela, porque ele contraria flagrantemente o disposto no Artigo 21, Inciso III da Constituição do Estado, quando ela atribui a esta Assembléia a função de fiscalizadora dos convênios, dos avais, dos contratos, que o Governador venha a fazer em nome do Estado.

Quanto a Vossa Excelência dizer que o Governador não vai contrariar o disposto pelo Senado Federal, também graças a Deus, não é assim, porque essa Assembléia já aprovou a separação do Paraná, em Estado do Paraná e Estado do Iguazu, a partir de um requerimento do Deputado David Cheriegate. Só nos falta proclamarmos a República aqui.

Então, graças a Deus que as resoluções do Senado Federal vão ser cumpridas. Nós, por outro lado, permaneceremos Deputados do Paraná, e Deputados de Oposição. E permaneceremos, Deputado Caíto Quintana, mesmo acatando as suas educadas intervenções neste Plenário; nos reservando o direito de fiscalizar o governo e imaginando que seria melhor, cada empréstimo, por obra e por finalidade, ser examinado por essa Casa, do que essa procuração para o global, que nós estamos vendo, até 1991, para o Senhor Governador Álvaro Dias.

No entanto, a maioria vence, a minoria se convence, como eu imagino vai dizer, o sempre sábio Deputado Erondy Silvério. E nós permaneceremos na minoria, embora, não convencidos.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rafael Greca. Eu respeito o direito da minoria, de votar contra, sem dúvida alguma, mas, não posso concordar com as colocações de Vossa Excelência, apenas por uma coisa. Nobres companheiros, para não perdermos a noção da Assembléia Legislativa, vamos

lembrar e principalmente ao nobre orador que me aparteu, o qual foi o Vereador, que o momento de fiscalização das contas do governo, dá-se exatamente na prestação de contas, que essa vai aprovar. De modo que não está tirando desse Parlamento direito nenhum de fiscalização de contas.

Porque, no instante em que as obras forem contratadas, já autorizadas pelo orçamento anual e plurianual, que os recursos forem realizados, haverá publicidade de cada um desses empréstimos, até por força legal, e haverá esse Parlamento, em cada exercício findo, o direito de fiscalização, pela aprovação ou rejeição das contas do Governo do Estado do Paraná.

Eu concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência. Eu fui chamado duas vezes a liça. A primeira pelo parecer que nós exaramos na Comissão de Finanças, inteiramente favorável ao Projeto. E a segunda pelo espírito irreverente desse grande Deputado, que tem uma verve extraordinária, que é o Deputado Rafael Greca, pois eu tenho uma estima filial pelo Deputado Rafael Greca.

Então, tudo o que ele disser ali, eu recebo com bom humor. É evidente que nas Casas Legislativas, a maioria vence, vence sempre. Nós fizemos as mesmas coisas quando éramos maioria nesta Casa, as mesmas coisas que hoje estamos condenando.

Mas, quero dizer que não haverá uma diminuição de poderes da Assembléia Legislativa em aprovando essa Mensagem. Porque o papel mais importante do Poder Legislativo é a fiscalização de contas, o exame das contas do governo, é o acompanhamento da proposta orçamentária.

É evidente que, para executar a proposta orçamentária, o governo precisa só de uma coisa, além da arrecadação: empréstimos, pois não há "guitarra" no Palácio Iguazu.

E lembrou bem Vossa Excelência quando lembrou do "CLIC Rural", que Vossas Excelências batizaram como "Crique-Rural", mas que na verdade foi uma obra extraordinária de planejamento desse paranaense, que lamentavelmente não chegou ao governo do Estado Saul Raiz. Foi Saul Raiz quem fez todo o planejamento da eletrificação rural que foi ao Banco Mundial, que conseguiu graças ao seu prestígio internacional, a aprovação daquele plano.

Mas, lamentavelmente, na oportunidade, os Senadores do Paraná, bloquearam no Senado, aprovação do empréstimo e o dinheiro não chegou a tempo.

Tão logo o PMDB ganhou as eleições de 1982, o Senhor José Richa assumiu o Governo, o empréstimo foi liberado, e a obra

realizada, uma obra de grandes benefícios para a população rural do Paraná.

Então os empréstimos, via de regra, demoram, porque quem vai emprestar o dinheiro quer cercar-se de todas as garantias. Ninguém dá dinheiro a governo nenhum pelos belos olhos do Governo ou por uma carta de intenções, não: dá com aval e é isto que a Assembléia Legislativa está aprovando, autorizando o Governo a conceder aval, para empréstimo que pode demorar trezentos e sessenta, setecentos e vinte mil e tantos dias que podem consumir todo o mandato. Agora não cabe dizer que esta Casa perde as suas prerrogativas pois, as prerrogativas nesta Casa só serão recuperadas se estes Deputados que estão tomando seus assentos neste mandato tiverem espírito público e, acima de tudo, forem altos, é na adaptação da Constituição do Estado à Constituição Federal, que esta Casa recobrará as suas prerrogativas, mas depende da maneira de atuação de cada Deputado.

No exame da nossa Constituição, na adaptação da Carta do estado à Carta Federal, é que este Poder vai ter a oportunidade de firmar-se como Poder, como legítimo Poder do povo do Paraná. Daí todas essas Leis cairão por terra. Agora, não se pode nesta oportunidade, é criar obstáculos intransponíveis ao administrador que está iniciando a sua gestão como o povo quer, combatendo tenazmente a corrupção, procurando cumprir uma plataforma de Governo. Será impatriótico se esta Casa negar-se a fornecer um elemento corriqueiro, como é uma autorização legislativa para contrair empréstimo.

Exarei o parecer com a mais absoluta tranqüilidade, na certeza de que não estou roubando o Poder Legislativo da sua função principal, que é fiscalização do bom emprego do dinheiro público.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o seu aparte e gostaria de dizer, principalmente, ao meu nobre e valoroso, Deputado Algaci Túlio, que pela amizade que nos une, ousou até nominalmente pedir que aceitássemos a ponderação de não aprovação neste dia, que infelizmente nós não poderemos aprovar a sua emenda, Deputado, porque restringindo apenas ao ano de 1987. A autorização do Governo, nós caímos no sério risco, no Paraná, de encaminharmos um pedido de empréstimo e ultrapassar esse ano para liberação do mesmo e, na hora da execução desse empréstimo, termos que novamente voltar a repetir o princípio autorizatório. E neste País, também com dificuldades econômicas, talvez, perder para o Paraná essa parte de recursos destinados para programas sociais.

Não pensem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não tivemos que conversar com diversos Deputados do PMDB, que também estranharam o princípio autorizatório até 1991 e justificar de um a um as razões do Governo, ao encaminhar tal Projeto, sem tirar desta Casa, o seu principal objetivo, de fiscalização, porque as obras não poderão ser construídas se não estiverem estritamente conforme o artigo primeiro do orçamento anual e do orçamento plurianual. Assim fica com o Legislativo, obviamente, o poder de fiscalização no momento da prestação de contas. Quero pedir, com o devido respeito, às Bancadas de Oposição com assento nesta Casa, e à Bancada do PMDB, para darmos seqüência à votação dessa matéria, que sem dúvida alguma só estará beneficiando o Estado do Paraná.

Eu concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência discute e orienta sua Bancada para aprovação da Mensagem e faz de forma competente, como sempre o faz. Mas este Deputado quer discordar de algumas colocações que Vossa Excelência expôs, por exemplo, na oportunidade da fiscalização desta Casa nos atos do Executivo.

Então, eu quero dizer a Vossa Excelência meu entendimento de que muito pouco esta Casa faz na fiscalização dos atos do Executivo na oportunidade da apreciação de contas, porque esta Casa recebe um minúsculo exemplar do Tribunal de Contas com números reduzidíssimos dos atos executados pelo Executivo.

É a oportunidade principal desta Casa, no exercício da sua competência fiscalizatória, quando dá poderes ao Chefe do Executivo que lhe dá valores, que lhe autoriza a gastar, a contratar, a tomar empréstimos e oferecer garantias. Essas garantias comprometem a Economia do Estado. Veja Vossa Excelência no parágrafo único diz: Para efetivação das operações de crédito e garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as cotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal.

Esses recursos, Senhores Deputados, são recursos que têm tocado a máquina administrativa do Estado. O Estado não pode abrir mão dos recursos, dos repasses do Governo Federal porque Vossa Excelência conhece a precariedade das Finanças do Governo Estadual.

E nós concordamos com algumas colocações, a exemplo, do Deputado Erondy Silvério que é a favor da votação desta Propo-

sição. Nós, argumentando e tendo em vista as obras futuras do Governo, também Deputados de oposição, desejamos muito que o Governador Álvaro Dias, tenha êxito frente ao Governo, que ele administre bem o Estado, que pague os funcionários, que cumpra com os compromissos financeiros do Estado, que construa obras necessárias para o progresso do Estado. Agora, o que nós queremos também, Senhor Deputado Caíto Quintana, é conhecer as obras pretendidas pelo Senhor Governador para não acontecer, por exemplo, na "Norte-Sul" no Paraná.

Estando o Senhor Governador autorizado, como disse o Deputado Algaci Túlio, com um "cheque em branco"...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Está no orçamento, Deputado...

O Sr. Basílio Zanusso -... pode até o Senhor Governador pretender, quem sabe... mas ele é humano, carne e osso, passível de erros como todos nós. Por isso é importante o poder fiscalizatório. Porque não pode esta Casa conhecer as obras do Senhor Governador, o seu plano de Governo? Hoje eu ouvi o ilustre Deputado Dirceu Manfrinato dizendo que neste artigo 1.º, parágrafo único, estaria inserido o Plano de Governo do Senhor Álvaro Dias.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O meu tempo está esgotando, Deputado. Eu gostaria que Vossa Excelência concluísse o seu aparte.

O Sr. Basílio Zanusso - O Deputado Dirceu Manfrinato, Deputado Caíto Quintana, disse e até concordo, que o art. 1.º e o parágrafo único da Mensagem pode ter aqui contido e inserido o plano de governo do Senhor Álvaro Dias, que até agora ninguém conhecia, mas que está muito sintetizado e que nós gostaríamos de conhecer os números e as obras.

O tempo é curto e quero agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede, pedindo, seja aprovada a emenda apresentada pelo Deputado Algaci Túlio.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a benevolência da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o Projeto de Lei ressaltada a Emenda. **APROVADO.**

Está em votação a Emenda. **REJEITADA.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 38/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELLINATI e OUTROS, que determina a sustação de processos crimes contra o Deputado Algaci Túlio, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA sob o aspecto constitucional.

Apenso Parecer da Comissão Geral da Assembléia no aspecto Constitucional:

COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA Aspecto Constitucional

O presente Projeto de resolução tem por objeto sustar a tramitação de processos crimes contra o Deputado Algaci Túlio, em curso no Tribunal de Justiça do Estado.

A imunidade processual dos parlamentares é uma conquista constitucional antiga, que visa preservar a integridade e a unidade do Poder Legislativo, respeitando a vontade popular que conferiu o mandato ao Deputado.

Dessa forma, fundamentado nas disposições do artigo 32, § 3.º da Constituição Federal e artigo 12, § 3.º da Constituição Estadual, combinados com o artigo 127, § 4.º inciso I, do Regimento Interno, entendemos não haver óbice legal à aprovação, pelo que opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(a) VALDERI MENDES VILELA
Relator

Aprovado, artigo por artigo.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 006/87, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei n. 8.399, de 30.10.86, que cria o Município de Rosário. (Fica criado o Município de Rosário do Ivaí, com território desmembrado do Município de Grandes Rios, sede na localidade do mesmo nome e, com divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 15/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 01/87), que autoriza o Poder Executivo permutar os lotes ns. 04, 05, 06 e 07 com áreas que especifica, matriculados no 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca da Capital, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes ns. 25, 26 e 14 da quadra 37, com áreas que especifica, do Ofício de Registro de Imóveis da 3.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca da Capital, de propriedade do Senhor Alberto Abujamra. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)
Para esclarecer à Mesa que este Deputado se abstém de votar no Projeto anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere o seu pedido.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 016/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 02/87), que objetiva conceder à ex-funcionária pública estadual Aline Teixeira Herbst, pensão mensal equivalente a 1,5 (um e meio) salário mínimo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 23/87, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Missal, com sede e foro na Cidade de Missal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/87, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública o Projeto Menino de Rua de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 41/87, de autoria do deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Icaraíma, com sede e foro no Município de Icaraíma - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 65/87, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que denomina de Antônio Castro Lima a Rodovia que liga Altônia a Iporã, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n. 75/86, de autoria do Deputado Trajano Bastos, que dispõe sobre alteração dos limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7.575, de 12.05.82, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA e da C.T.I.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n.32/86 de 24.4.86).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.75/86

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Trajano Bastos, o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar a Lei n. 7575, de 12 de maio de 1982, que criou o Município de Cantagalo.

O autor justifica que houve uma troca de nome nos rios descritos na lei acima

citada, quando foram descritos os limites e confrontações do novo Município desmembrado de Guarapuava.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, não se encontra qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 75/86

Art. 1. - Os limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7575, de 12 de maio de 1982, com território desmembrado do Município de Guarapuava, são os seguintes. "Começa na barra do Rio Grongoró no Rio Piquiri; segue pelo Rio Piquiri, divisando com os Municípios de Pitanga e Palmital, até encontrar a barra do Rio do Cobre; pelo Rio do Cobre acima, até o Rio Cinco Voltas; pelo Rio Cinco Voltas acima divisando com o Município de Laranjeiras do Sul, até a barra do Arroio dos Quatis, pelo Arroio dos Quatis acima, até a sua cabeceira; deste ponto, por linha seca, ainda divisando com o Município de Laranjeiras do Sul, até alcançar a cabeceira do Rio Restinga Grande; pelo Rio Restinga Grande abaixo, até a sua foz do Rio Cantagalo; pelo Rio Cantagalo abaixo até sua barra no Rio Cavernoso; pelo Rio Cavernoso, divisando com o Município de Guarapuava, até a barra com o Rio do Poço; pelo Rio do Poço até a ponte na Estrada GA-149; pela Estrada GA-149 até a Estrada GA-132 ou Estrada Grongoró-Rondinha até encontrar o Arroio Cachoeira ou Cachoeirinha; pelo Arroio Cachoeira ou Cachoeirinha abaixo, ainda divisando com o Município de Guarapuava, até o Rio Grongoró; pelo Rio Grongoró abaixo, até a sua foz no Rio Piquiri."

Art. 2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 12 de maio de 1982, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Apoio: Djálma de Almeida César e Domingos Scarpellini.

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 75/86

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do

nobre Deputado Trajano Bastos, dispõe, sobre alteração dos limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7.575, de 12.05.82, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o seu mérito, tem que, tal proposição visa corrigir uma troca de nomes de rios ao se decrever os limites e confrontações do Município de Cantagalo, salientando que desde a criação do Município as divisas descritas vêm sendo respeitadas.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

LAURO LOBO ANCANTARA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 73/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM - RÁDIO CULTURA", com sede na Cidade de Guarapuava. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 53, de 21/05/87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 073/87

1. De autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, o supra mencionado Projeto de lei objetiva declarar de Utilidade Pública a Fundação Nossa Senhora de Belém - Rádio Cultura, com sede na Cidade de Guarapuava. Justifica a iniciativa afirmando que "a entidade tem por finalidade propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisionada".

2. A personalidade jurídica está comprovada pelo doc. de fls. 4/20. Nos estatutos consta a Diretoria não recebe remuneração nem é beneficiária da distribuição de lucros, bonificações ou vantagens. As fls. 21/22 encontra-se o relatório das atividades da entidade, tanto no plano social, educacional, cívico-religiosa e filantrópica.

3. A proposição cumpre as exigências da Lei 6994 de 12.01.78, razão pela qual nosso parecer é favorável. Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação em Redação Final para todos os projetos aprovados em 3.^a Discussão e que não sofreram emendas. Em discussão. Em votação

O Sr. Basílio Zanusso - (Pela Ordem) - Gostaria que Vossa Excelência determinasse a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Requerimento solicitando dispensa da discussão e votação da Redação final para todos os Projetos aprovados em 3.^a Discussão e que não sofreram emendas.

Em votação o requerimento. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Bravin, ocorrido no dia 12 de junho do corrente ano, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Ito Carias de Oliveira, ocorrido no dia 23 de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, pela passagem do 13.^o aniversário de fundação do Jornal "O Diário do Norte do Paraná". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 278/86, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 208/85, que visa dar nova redação ao Artigo 1.^o da Lei n. 5407 de 07.10.86, que cria o Município de Céu Azul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a anexação do Projeto de Lei n. 239/86, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, que altera o inciso II do art. 20 da Lei n. 7051 de 4 de dezembro de 1978, elevando para quarenta e cinco anos de idade para inscrição em concurso do CRE, por se tratar de matéria

idêntica. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a instalação de um módulo policial no conjunto Habitacional Inocentes Vila Nova Júnior, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, visando a instalação de um módulo de atendimento policial, no Conjunto Residencial Ney Braga, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando a implantação de ensino de 2.º grau, período diurno e noturno, na Escola Estadual Tomaz Edson de Andrade Vieira, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, visando a implantação de um Posto de Representação do Funrural e do INAMPS-Rural, no Município de Sarandi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo construção de estrada ligando os Municípios de Maringá a Itambé, passando pelo Distrito de São Luiz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, visando auxílio financeiro para a Creche Menino Deus, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente, visando auxílio financeiro para Associação Assistencial de Guaíra - Lar São Francisco de Assis, no Município de Guaíra. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para o Serviço de Obras Sociais - Guarda Mirim, no Muni-

cípio de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo agilização na definição oficial das regras da safra agrícola 87/88. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo o reencaminhamento a esta Casa, do Anteprojeto de Lei que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, com destaque para a criação das novas Comarcas. **Aprovado.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)
Para encaminhar, Senhor Presidente.

O requerimento do nobre Deputado Caíto Quintana pede ao Tribunal de Justiça, reencaminhe mensagem visando a redefinição do Código de Organização Judiciária do Estado, e destaca alguns municípios que seriam contemplados com a criação de Comarcas.

E gostaria aproveitando esta oportunidade em que o Deputado Caíto Quintana submete à apreciação desta Casa este requerimento, destacar também, além do meu voto favorável ao requerimento, a pretensão que duas comunidades do Sudoeste tem quanto à criação de Comarca, que são os Municípios de Verê e São João.

E por que este anseio de justiça mais perto do povo e, conseqüentemente, a lei mais facilitada para que o povo tenha a sua interpretação mais rápida e mais ágil?

Nós tivemos uma experiência no Sudoeste, que com a disseminação das Comarcas, e com a criação de várias Comarcas, no Governo José Richa, o Sudoeste foi contemplado com duas Comarcas, uma em Salto do Lontra e outra em Quedas do Iguaçu, e o povo, à medida em que vê a Justiça mais de perto, ele também passa a acreditar na possibilidade de ver os seus direitos consagrados.

E eu não poderia me furtar, hoje de fazer esta minha manifestação em relação a estes dois Municípios que já têm um movimento consagrado no sentido de que o Tribunal de Justiça se sensibilize e inclua, também, nesta nova Lei de Organização Judiciária, a criação da Comarca de Verê e São João. Verê, no Sudoeste, é um Município que tem, como tradição a sua luta política e a sua luta reivindicatória e agora começa esta caminhada em busca da Justiça mais próxima. Da mesma forma, o município de São João, onde o Prefeito e as lideranças assim como Verê, estão im-

buidos nestes seus objetivos.

Gostaria, então, nesta oportunidade, de registrar estes anseios populares de duas comunidades do Sudoeste, ficando aqui a nossa preocupação com este assunto, assunto este que interessa, diretamente a estas duas comunidades que querem ver a Justiça mais de perto e, conseqüentemente, com o povo tendo a oportunidade de ver o seu dito consagrado, definido, mais rápido e mais agilmente.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, gostaríamos de nos manifestar de forma favorável ao Requerimento do nobre Líder da Bancada do PMDB, e nos associando a esse Requerimento, e à proposta também do Deputado Nereu Carlos Massignan, gostaríamos de lembrar um Município que tem mais de 55.000 habitantes, um colégio eleitoral de 20.000 eleitores, e que vem crescendo pela sua pujança e pelo trabalho da sua comunidade, de seus Vereadores, das autoridades, tendo sido criado através de uma Lei do ex-Deputado Antônio Face, ex-candidato a Prefeito de Maringá. Estou me referindo ao Município de Sarandi, cuja comunidade também requer, pede e conclama que neste novo Código de Organização e Divisão Judiciária seja seu município incluído como nova Comarca, no Estado do Paraná. Preenche os requisitos necessários, por ser um Município jovem, atuante e que vem crescendo e contribuindo já que hoje, na escala, ele se situa entre aqueles que recolhem aos cofres do Estado, em 33.º lugar e contribui com mais de 65% dos processos ajuizados na Comarca de Marialva.

Por isso, o nosso pedido, para que Sarandi também seja incluída como nova Comarca, neste novo Código que vem do Tribunal de Justiça.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o requerimento do Deputado Caio Quintana.

APROVADO.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência vai incluir no mesmo Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não é necessário que o nobre Deputado requiera também na oportunidade...

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu gostaria que ficasse registrado nos Anais a íntegra do meu Pronunciamento e que fosse comunicado ao Tribunal de Justiça.

Obrigado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo para que os critérios de pagamento de financiamento para aquisição da casa própria sejam os mesmos estabelecidos aos aluguéis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica no trecho de estrada que liga o Município de Inácio Martins ao Distrito de Guará. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Carta Documento elaborada pelo Diretório Municipal do PMDB de Nova Prata do Iguçu, enviada pelo Senhor Deputado Maurício Fruet, Presidente do Diretório Regional do PMDB. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado Especial de Esportes, visando a conclusão das obras de construção do Ginásio de Esportes, no município de Verê.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a construção de armazem da CIBRAZEM ou COPASA, no Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Comunitária, visando a conclusão das obras do Centro Social Urbano, no Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando seja providenciada camada asfáltica na Rodovia Vista Alegre-Verê-São João, no Sudoeste do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação da Comarca

do Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando verba auxílio para a aquisição de equipamento rodoviário para o Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a construção de Terminal Rodoviário do Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria de Estado do Interior, encarecendo a implantação do sistema de abastecimento de água no Distrito de Presidente Kennedy, no Município de Verê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da LBA, visando auxílio financeiro para o Clube de Mães Imaculada Conceição, no Município de Mamborê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, visando auxílio financeiro para a APAE do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da PROVOPAR, encarecendo auxílio financeiro para a APAE do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo para que o mesmo determine ao DER, o cascalhamento do trecho que liga o Distrito de Natingui à Briolândia, até o Quinhão 5, do Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a inclusão do trecho que liga o Município de Ortigueira à PR-376, no Programa Paraná Rural. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Ministro da Educação e Cultura, Secretário de Estado da Educação e Conselho Estadual de Educação, visando a criação da Universidade do Sudoeste, no Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente do PROVOPAR, encarecendo o fornecimento de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Doutor Camargo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente do PROVOPAR, encarecendo o fornecimento de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Mandaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente do PROVOPAR, encarecendo a doação de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Mandaguari. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente do PROVOPAR, encarecendo a doação de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Paranavaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente do PROVOPAR, encarecendo a doação de duzentos cobertores para as pessoas carentes do Município de Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às 10:00 horas, com a seguinte Ordem do Dia já anunciada:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução de ns. 18/87 a 23/87.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 239/86, 278/87.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte Ordem do Dia, anteriormente anunciada também:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Resolução de ns. 24/87 a 26/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 24 DE JUNHO DE 1987.

"CARTA DOCUMENTO"

Elaborada pelo PMDB

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PMDB

NOVA PRATA DO IGUAÇU - PARANÁ

Nova Prata do Iguaçu, 11 de junho de 1987
Excelentíssimo Senhor.

O Diretório Municipal do PMDB de Nova Prata do Iguaçu, pelo seu Presidente infra-assinado e a Bancada do PMDB da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, pelo seu Presidente infra-assinado, querem com este manifestar a Vossa Excelência a grande preocupação pelo grave momento em que vive nossa Nação.

Sabemos nós que o momento é difícil e vemos que a cada dia que passa as soluções parecem fugir para mais longe do alcance, porém não podemos concordar, e é neste sentido que nos manifestamos, para que as classes trabalhadoras mereçam no mínimo um pouco mais de respeito, pois são, desde o pequeno agricultor ao grande empresário, os responsáveis pelo quanto foi construído neste País e que lamentavelmente hoje se encontram numa situação de insolvência por falta de uma política econômica coerente, séria e voltada a dar apoio a quem trabalha.

Nos referimos com isto mais especificamente à questão dos juros e correção monetária, dois fatores que hoje mais comprometem os trabalhadores que confiando no plano cruzado e confiando no Presidente Sarney, foram junto aos bancos buscar os recursos necessários para seus empreendimentos na lavoura ou na indústria.

Sabemos nós que estes problemas todos são por demais conhecidos por Vossa Excelência, mas este Diretório e esta Bancada não poderiam deixar de levantar sua voz em forma de protesto perante tais aberrações. É o microempresário fechando e despachando seus empregados. É o pequeno agricultor vendendo o último alqueire de terra para se livrar do monstro que é a correção monetária; outro, vendendo a última vaca de leite, que era o sustento de suas crianças; outros vendendo a junta de bois, ficando sem recurso para fazer a próxima safra.

Enfim, é o desespero tomando conta do homem do campo e da cidade, enquanto a inércia e a irresponsabilidade toma conta daqueles nas mãos dos quais estão os destinos deste País.

O que se está fazendo hoje com o povo brasileiro é uma grande injustiça e uma grande traição por tudo quanto este povo bom e trabalhador já produziu e construiu

neste País.

A fome e a miséria estão entrando nos lares de milhões de brasileiros, enquanto uma minoria neste País vive na maior das mordomias, donos de cargos que são usados para sua ganância e enriquecimento às vezes ilícito.

Este País tem que se levantar e expulsar os vendilhões deste templo e fazer voltar, nem que seja à força, a vergonha e a responsabilidade naqueles que detêm o poder de decisão neste País.

Queremos colocar com este, nossa proposta no sentido de que seja declarada uma moratória pelo prazo de dois anos, sem correção monetária, para as dívidas de investimento, seja para o agricultor ou micro, pequeno e médio empresário, tempo este que ele teria para respirar, se programar, dar novo impulso à sua empresa, e assim saldar seus compromissos.

O PMDB de Nova Prata do Iguaçu, pelo seu Presidente e pelo Presidente da Câmara de Vereadores, querem com isto, além de levar a ânsia e o desejo deste povo, dar a sua parcela de contribuição ao Paraná e à Pátria brasileira.

Temos a certeza que seremos merecedores da melhor das atenções por parte de Vossa Excelência, e nos congratulamos ao mesmo tempo pelas suas atitudes firmes, corajosas e decididas, já tomadas neste sentido.

Na certeza de que unidos numa só voz e numa só opinião, e com a ajuda de Deus, dias melhores ainda virão, quando poderemos respirar aliviados porque vencemos, como tantas outras vezes, mais esta batalha mesmo que ela tenha deixado profundas cicatrizes.

Confiamos em Vossa Excelência...

(aa) SADY MALACARNE

Presidente do PMDB

de Nova Prata do Iguaçu

CELSO HOFFELDER

Presidente da Câmara Municipal de
Nova Prata do Iguaçu

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis horas, na Sala das Comissões sob a presidência do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, e contando com a presença dos Srs. Deputados membros da mesma, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, e co-

mo nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o PROJETO DE LEI N. 75/86, de autoria do Deputado Trajano Bastos. Parecer Favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 15/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 01/87. Parecer Favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 17/87, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 03/87. Parecer Favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 297/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer Favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
Angelina Garcia Pacheco - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA

DÉCIMA-PRIMEIRA LEGISLATURA

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e sete, às dezesseis horas, na Sala das Comissões sob a presidência do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, e contando com a presença dos Srs. Deputados membros da mesma, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o PROJETO DE LEI N. 64/87, de autoria do Deputado José Rogério. Parecer Favorável. APROVADO. PROJETO DE LEI N. 78/87, de autoria do Deputado Acyr Mezadri. Parecer Favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente
Angelina Garcia Pacheco - Secretária